



2008 - Lisboa, Terreiro do Paço

1989 - Lisboa, Campo Pequeno
Foi década e meia a lutar por uma grelha salarial específica (1989) e um Estatuto da Carreira Docente (1990)

1998 - Lisboa, Pav. Carlos Lopes
Foi mais de uma década a exigir que a grelha salarial dos docentes integrasse o ECD (1998)

2006 - Lisboa, Rossio
O governo do PSD/CDS-PP pretende, com a Tabela Remuneratória Única, destruir as carreiras profissionais, incluindo o ECD; É um recuo de mais de 25 anos

Contra a Tabela Remuneratória Única (TRU) PROFESSORES E EDUCADORES EM DEFESA DO ECD

- Afunilamento no acesso ao topo da tabela, com mais barreiras para que não seja atingido;
- Perda da paridade da carreira docente com a carreira técnica superior e perversão dos princípios da carreira única;
- Convergência das carreiras docentes (público/privado) pela situação mais penalizadora;
- Eventuais perdas de remuneração e tempo de serviço em futuras progressões;
- Transição para a TRU por nível salarial e não por tempo de serviço.



www.fenprof.pt FENPROF

JEP

Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira
Mensal | n° 272 | julho 2014 | 0,50 Euros

Pelo direito a ser Professor, toca a reunir pelos ECD

(ECD, ECDU e ECDESP)

DERROTAR A MUNICIPALIZAÇÃO

Págs. 4 e 11

**sobe**

Uma luta com resultados

A ação e a luta são fundamentais para, mesmo em tempos difíceis, obter resultados positivos. Sem desvalorizar a ação e luta reivindicativas, que são essenciais, a FENPROF atribui também muita importância à intervenção em outros planos, por exemplo, no jurídico, aí obtendo resultados favoráveis aos professores. Foi por essa via que mais de seiscentos professores cujos contratos cessaram conseguiram receber a respetiva compensação. Foi igualmente nos tribunais que os professores cuja progressão foi ilegalmente bloqueada no índice 245 conseguiram ser reposicionados e que, só para dar mais um exemplo, a PACC foi travada. O ministro Nuno Crato não gosta de ser condenado e acusou a FENPROF de “judicializar” a Educação, seja lá o que isso for. O que, na verdade, fazem os Sindicatos da FENPROF é, perante os inúmeros atropelos à lei praticados pelo MEC, recorrer à justiça, onde o ministério é, naturalmente, condenado. É assim que funciona o Estado de Direito Democrático, gostem ou não os governantes. ●

**desce**

O prémio

O governo tem recorrido aos mais diversos expedientes para conseguir subtrair professores às escolas. Foram as revisões curriculares orientadas para esse fim, os mega-agrupamentos, a (des) organização dos horários de trabalho, o aumento do número de alunos por turma, as rescisões... o que ninguém esperava é que o governo apresentasse a indecorosa proposta de criação de prémios pecuniários a atribuir aos municípios que reduzam o número de docentes abaixo dos que são considerados necessários, de acordo com os critérios fixados pela própria administração. É o velho princípio de Crato segundo o qual se pode fazer mais com menos. A única novidade, agora, é que o ministro até já paga para ver. ●

Os problemas com que a Educação, no nosso país, se debate foram, praticamente todos, provocados deliberadamente pelos governantes, o que não surpreende, pois, como Diane Ravitch bem explica, mergulhar a Educação Pública num caldo de crise é estratégia para avançar com medidas impostas por políticas que visam a privatização e a elitização do sistema de ensino.



O tempo decisivo

Com o final da Legislatura à porta (2015), o governo prepara-se para avançar com o que falta cumprir do seu programa político, seu e também da troika. Se o conseguir, a Educação e, diga-se em abono da verdade, as funções sociais do Estado no seu conjunto serão profundamente fragilizadas, o que terá um impacto muito negativo na vida de Portugal e dos portugueses.

No que respeita à Educação, temos um ano letivo que chega ao seu termo mal como começou, confirmando que, de facto, o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita. Os problemas com que a Educação, no nosso país, se debate foram, praticamente todos, provocados deliberadamente pelos governantes, o que não surpreende, pois, como Diane Ravitch bem explica, mergulhar a Educação Pública num caldo de crise é estratégia para avançar com medidas impostas por políticas que visam a privatização e a elitização do sistema de ensino.

Essas medidas estão previstas e dividem-se entre as que decorrem do Documento de Estratégia Orçamental (DEO) e as que integram o guião da reforma do Estado.

As primeiras destinam-se, essencialmente, a reduzir o investimento do Estado na Educação, como se os cortes já impostos não tivessem sido suficientemente violentos e com consequências muito negativas. Recorda-se que entre 2011 e 2014, apesar de o pacto assinado com a troika prever um corte de 370 milhões, foram cortados mais de 1.200 milhões e os novos cortes que o governo já anuncia, ameaçam abater-se sobre a Educação de forma particularmente forte. A “poupança” resultará sempre do mesmo tipo de receita: redução do número de professores (desemprego, rescisões e mobilidade especial); desvalorização do trabalho docente e agravamento das suas condições de exercício; quebras de qualidade do ensino.

A reforma do Estado é, essencialmente, a concretização de uma opção ideológica. A palavra-chave é “desresponsabilização”. Uma desresponsabilização a concretizar em dois sentidos: um, que é feito dentro do Estado, passa pela transferência de responsabilidades e problemas do Estado central para níveis locais (municipalização e contratos de autonomia com as escolas); outro chama-se privatização, prevendo o governo avançar com várias medidas (escolas independentes, cheque-ensino e um novo tipo de contratos de associação) que visam entregar uma larga fatia da Educação a operadores privados.

Pelo meio, por serem necessárias para a concretização deste projeto, outras medidas estão em preparação, destacando-se a destruição do estatuto da carreira docente (com o governo a começar pela eliminação das grelhas salariais, transferindo todos os professores para uma tabela salarial única da Função Pública, na qual se processará a desvalorização material da profissão), a alteração de normativos sobre Educação Especial, levando a que se acentue a segregação na escola ou a criação de uma via vocacional dual, de qualidade inferior, para a qual se pretende desviar mais de metade dos alunos, sendo esse papel secundário, o que se reserva para a Escola Pública.

Os portugueses terão se opor às políticas que apontam para este caminho. A concretizar-se o projeto político do governo, dos partidos que o constituem e do Presidente da República a Educação regrediria muitos anos e Portugal mergulharia no pântano de onde outros se esforçam por sair. Nessa luta de resistência e em defesa da Escola Democrática, os professores têm uma responsabilidade acrescida, enquanto profissionais que sabem que a Educação muda os homens e que são esses quem transforma a sociedade. Por essa razão, defender um futuro de progresso, desenvolvimento e solidário obriga a lutar no presente contra os que pretendem regressar ao passado. ●

MÁRIO NOGUEIRA
(Secretário-Geral da FENPROF)



04. EM FOCO

Conselho Nacional da FENPROF: Agir e lutar!

07. EM FOCO

O DEO, a reforma do Estado e a TRU
DULCE PINHEIRO

08. REPORTAGEM

Encontro Nacional: Pelo direito a ser Professor
JPO

10. SETORES

Superior e Ciência: asfixia financeira

11. EDUCAÇÃO

Os Professores já derrotaram a municipalização duas vezes!
FRANCISCO ALMEIDA

12. SETORES

Semana de Ação Global pela Educação 2014
ANA SIMÕES

14. SETORES

Ensino e Formação Profissional Dual de nível secundário
ANABELA SOTAIA e FERNANDO VICENTE

18. AÇÃO SINDICAL

Milhares de trabalhadores voltam a pedir a demissão do Governo

20. APOSENTADOS

O Governo continua a tentar tornar insustentável a vida dos pensionistas!

22. SETORES

O EPE e a investida drone
CARLOS PATO

24. RA MADEIRA

Encontro de Reflexão: Um ano de metas curriculares: resultados, mitos e desafios
SOFIA CANHA

26. INTERNACIONAL

OCDE: Professores à lupa
ANTÓNIO BALDAIA

27. INTERNACIONAL

CGTP-IN solidária com o povo da Palestina

30. CULTURAIS

De 1 a 10: Jazz em Agosto o outro lado do Jazz
RUI NEVES

31. CULTURAIS

Prémio de Poesia António Gedeão (2014)



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), Manuel Grilo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélio de Sousa (SPM) | Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Luís Lobo | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 55.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O “JF” está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



Conselho Nacional da FENPROF: Agir e lutar!

Um encontro nacional, subordinado a tema “Pelo direito a ser Professor”, realizado em 16/07 (ver páginas 8 e 9) e, no arranque do novo ano letivo (setembro ou início de outubro), um grande plenário nacional de professores, sob o lema “Toca a reunir em defesa do ECD”, foram duas das ações anunciadas pelo Conselho Nacional da FENPROF, que esteve reunido no passado dia 11 de julho.

As conclusões da reunião do órgão máximo da Federação entre Congressos foram apresentadas em conferência de imprensa (foto). Presentes: Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF; João Cunha Serra (SPGL), Presidente do CN; Manuela Mendonça (SPN), Anabela Sotaia (SPRC), Manuel Nobre (SPZS), Margarida Fazendeiro (SPM) e António Lucas (SPRA).

Mário Nogueira fez o balanço da reunião realizada na parte da manhã com o Ministro Nuno Crato, apresentou as principais linhas da resolução aprovada pelo CN e alertou para as consequências das políticas de ataque à escola pública e aos professores, nomeadamente com a municipalização, o encerramento de escolas e a extinção da grelha salarial dos docentes que integra o ECD e consequente transferência para uma grelha salarial geral (TRU – tabela remuneratória única), como acontecia há 25 anos. Chamou ainda a atenção para a situação que

se vive no ensino superior e na ciência, com a política de asfixia financeira e a insistência na precariedade laboral. O Secretário Geral da FENPROF informou que a Procuradoria Geral da República decidiu enviar para duas instâncias – o Tribunal Central e Administrativo do Sul e o DIAP – o processo “Cambridge”, marcado desde o início por um clima de pressões e confusão; e referiu ainda que os conselheiros nacionais da Federação aprovaram por unanimidade uma tomada de posição em solidariedade com os jornalistas e outros trabalhadores da Controlinveste, em luta pelo direito ao trabalho.

Como destaca a resolução aprovada pelo CN da FENPROF, “face à situação que se vive, não resta alternativa aos professores que não seja agir e lutar contra as políticas que são responsáveis por tantos e tão graves problemas, pela demissão do governo e a convocação de eleições antecipadas e por uma política alternativa que defenda a Escola Pública, respeite e valorize o trabalho e os trabalhadores, nomeadamente os profissionais docentes, e reforce as funções sociais do Estado, valorizando os serviços públicos que as concretizam”.

Nesse quadro de ação e luta, conclui o CN, “torna-se necessário alargar consensos e convergências, informar e mobilizar os docentes e apelar a que, no debate e na ação de rua, deem mais força a essa inevitável e indispensável luta”. | JPO ●

Resolução

A situação política, económica e social portuguesa tem vindo a agravar-se. Os problemas que serviram de justificação para uma intervenção financeira e política da troika não se resolveram, nem tão-pouco se atenuaram, mantendo-se Portugal e os portugueses vítimas de políticas extremamente agressivas, que continuam a destruir postos de trabalho, a empobrecer trabalhadores e pensionistas e a cavar cada vez mais fundas as assimetrias e desigualdades económicas, sociais e regionais.

No plano político, são muito preocupantes os indícios de degradação da democracia, com os fortíssimos ataques desferidos por PSD e CDS ao Tribunal Constitucional a serem uma das faces mais visíveis, mas não a única. Por exemplo, no plano negocial e de relacionamento institucional, o governo limita-se a cumprir obrigações legais e mal, como se verificou em processos recentes, que deveriam ter sido de verdadeira negociação, nos quais o MEC se achou no direito de decidir a composição das comissões negociadoras sindicais e as “mais-valias” das suas propostas. (...)

Apesar de o contexto político ser muito adverso, os professores, com a sua luta, umas vezes convergindo com outros setores profissionais, outras de forma autónoma, têm conseguido alguns ganhos que deverão ser

reconhecidos e valorizados. Por exemplo, o reposicionamento de docentes na carreira, o pagamento da compensação por caducidade dos contratos a centenas de docentes ou, mesmo, a realização de concursos para ingresso nos quadros, ainda que aquele do que seria necessário. Também a reposição do valor integral dos salários (que o governo quer voltar a cortar) resulta de uma insistente ação dos Sindicatos, quer no plano institucional, quer jurídico. Já antes, tinham conseguido acabar com a divisão da carreira e estancar o desenvolvimento do disparatado processo de avaliação de desempenho que, contudo, não foi alterado no sentido defendido pelos professores. Poderão ser curtos os ganhos para o que se desejava, mas, em tempos tão difíceis, eles confirmam que é possível obter resultados positivos se não desistirmos de lutar.

Que pretende este “DEO”?

O ataque do governo aos trabalhadores portugueses tem agora duas frentes fundamentais: a que resulta do Documento de Estratégia Orçamental (DEO) destinado a condicionar os Orçamentos do Estado dos próximos anos aos compromissos assumidos pelo governo junto da troika e da EU, por via do tratado orçamental; a dita reforma do Estado que o governo pretende sujeitar ao guião “um Estado melhor”, um verdadeiro manual de desmantelamento das funções sociais do estado, um processo que constitui um efetivo ajuste de contas com Abril, há muito desejado pela direita no poder: governo e Presidente da República.

No âmbito do DEO destacam-se medidas como os novos cortes salariais, a contribuição de sustentabilidade (CdS) a impor nas pensões ou a criação de indicadores de natureza económica e demográfica para sua atualização anual, a tabela remuneratória única (TRU), o encerramento de serviços públicos, com grande impacto no parque escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico ou, no ensino superior, a reorganização da rede e a asfixia de instituições pela via de um financiamento insuficiente e ainda os fortíssimos cortes feitos na investigação científica. (...)

A par das medidas já referidas, outras há que complementam as anteriores, com destaque para a aplicação do novo estatuto do ensino particular e cooperativo, o novo regime jurídico das escolas profissionais, o novo quadro sobre Educação Especial que, tudo indica, será mais um passo significativo no sentido da segregação e da exclusão, para que contribuam, ainda, a insistência na imposição de desajustados processos de medição de conhecimentos e capacidades, exclusivamente centrados nas teorias da instrução (metas curriculares e exames), a tentativa de desviar um crescente número de alunos para vias vocacionais/duais que, deliberadamente, são menos qualificadas, os cursos de ciclo curto a ministrarem por instituições de ensino superior, entre outras.



Estamos perante uma panóplia de medidas que são impostas, não de forma avulsa e incompetente, mas sim de forma coerente, com o que visa acentuar e perpetuar a desigualdade de oportunidades e desmantelar a Escola Pública democrática, que mantém a matriz de Abril, e destruir direitos sociais, laborais e profissionais.

Todo este contexto, já de si bem complexo, conta ainda com outras situações muito negativas, como sejam a forte taxa de desemprego que se abate sobre os profissionais docentes, a precariedade e crescente instabilidade mesmo entre os professores dos quadros, a visível intenção de degradar os estatutos profissionais e de desmantelar as carreiras dos docentes, a tentativa de também desvalorizar a contratação coletiva no ensino particular e cooperativo (que levou mesmo a AEEP a denunciar o contrato

de trabalho) ou situações estranhas e de grande opacidade, como sejam os exames de Inglês ao serviço da empresa Cambridge S.A., uma escandalosa ilegalidade como a não remoção do amianto das escolas, mesmo quando a degradação é visível, a injusta e indigna PACC de que o MEC diz não ter desistido, ou a indecorosa proposta de financiamento acrescido dos municípios que reduzam professores que são necessários, entre outros problemas. (...)

Alargar consensos e convergências

Num quadro de ação e luta, torna-se necessário alargar consensos e convergências, informar e mobilizar os docentes e apelar a que, no debate e na ação de rua, deem mais força a essa inevitável e indispensável luta. Nesse sentido, o Conselho Nacional da FENPROF:

“Toca a reunir em defesa do ECD”

Uma das propostas saídas do debate do Conselho Nacional da FENPROF, de 11 de julho, aponta para a realização de um grande Plenário Nacional de Professores, no início do próximo ano letivo, sob o lema “Toca a reunir em defesa do ECD”, aberto a todos os interessados.

A FENPROF deverá contactar outras organizações sindicais de docentes para, em convergência, convocarem a sua realização. Deste plenário, de acordo com a avaliação que for feita da situação que se viver, deverá sair um plano de ação e luta, a propor pelas organizações sindicais na sequência de uma audição aos professores sobre as medidas que o governo pretende impor, sendo ainda oportunidade para que os professores se pronunciem sobre as formas de luta que consideram mais adequadas para travar esse caminho.

Desresponsabilização, palavra-chave

No âmbito da reforma do Estado, a palavra-chave é “desresponsabilização”. Desresponsabilização do Estado central, nuns casos através da transferência de competências para níveis locais (municipalização e contratos de autonomia com escolas e agrupamentos), noutros pela privatização (novo tipo de contratos de associação, criação de escolas independentes e cheque-ensino).

- Exige o respeito pelos direitos à negociação e efetiva participação na elaboração da legislação do trabalho e das matérias relacionadas com o sistema educativo, no respeito pela Constituição da República, pelo ECD e por outros quadros legais em vigor; (...)

- Considera que qualquer transferência de novas responsabilidades para o poder local deverá ser precedida de um debate público e negociação com as organizações representativas da comunidade educativa, designadamente dos docentes, exortando os professores que exercem atividade nos concelhos em que se prevê o desenvolvimento de experiências de municipalização a intervirem, exigindo o acesso a toda a informação e tomando posição sempre que tal se justifique; (...)

- Decide a realização de um processo de audição dos docentes do ensino particular e cooperativo sobre as propostas de revisão

do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) do Ensino Particular e Cooperativo (EPC) a apresentar pela AEEP, no âmbito do processo de conciliação no Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS), com o objetivo de obter contributos que permitam à FENPROF tomar a melhor decisão em defesa dos docentes deste setor de ensino, tendo em conta o cenário de caducidade do CCT do EPC a partir de fevereiro de 2015;

- Apela ao aprofundamento da luta contra a precariedade de emprego e a instabilidade profissional e do próprio sistema de ensino, provocadas pela recusa do MEC em regulamentar o que, no plano do direito comunitário tem força obrigatória (Diretiva 1999/70/CE, de 28 de junho), designadamente para o ensino superior e investigação ou fazendo-o de forma insuficiente para os restantes setores;

- Apela à subscrição das petições distritais / regionais em defesa da Escola Pública

que ainda não reuniram as 4.000 assinaturas necessárias para que subam a plenário na Assembleia da República;

- Apela ao reforço da subscrição do Apelo em defesa da Escola Pública com vista a que, a partir do mesmo, tenha lugar uma iniciativa de relevo, de convergência da comunidade educativa, orientada para a concretização do objetivo definido;

- Considera indispensável manter o recurso às vias institucional e jurídica como igualmente importantes para a resolução de problemas. Compreende-se que ao ministro desagrade o que considera “judicialização” da ação da FENPROF, mas essa continuará a ser uma via, enquanto o governo e o MEC, em particular, persistirem em agir, em muitos aspetos, à margem da lei e contra a própria Constituição da República. ●

➤ **INFO** www.fenprof.pt

11 de julho de 2014

FENPROF reuniu com Ministro da Educação e Ciência

Quase ano e meio depois, o Ministro Nuno Crato recebeu a FENPROF. A reunião decorreu no passado dia 11 de julho no Palácio das Laranjeiras e a delegação sindical, dirigida por Mário Nogueira, integrou António Avelãs (SPGL), Manuela Mendonça (SPN), Anabela Sotaia (SPRC), Manuel Nobre (SPZS), Margarida Fazendeiro (SPM), António Lucas (SPRA), Carlos Pato (SPE) e ainda o Presidente do Conselho Nacional da Federação, João Cunha Serra.

Dessa reunião, não resultou qualquer compromisso concreto relativamente às matérias que, para a FENPROF, são neste momento, prioritárias, nomeadamente relacionadas com as condições de trabalho dos professores, o emprego, a mobilidade especial ou a sua situação de carreira após a aplicação da tabela remuneratória única (TRU).

Por estarem no mesmo plano de prioridade, a FENPROF também colocou questões sobre o processo experimental de municipalização, o encerramento de escolas do 1.º Ciclo, a aplicação da diretiva comunitária sobre vinculação de docentes ou, ainda, o financiamento do Ensino Superior e Investigação que é, cada vez mais, insuficiente.

O ministro, sem assumir quaisquer compromissos concretos para o futuro, referiu que alterações que obriguem a negociação com as organizações sindicais serão devidamente negociadas, o que, aliás, teria sempre de acontecer por imposição legal.

Vamos aos pormenores...

Apesar da curta duração deste encontro, a

FENPROF tentou abordar e ouvir o MEC sobre os diversos problemas que afetam o sistema de ensino, as escolas e os professores, o designado guião da reforma do Estado, o documento de estratégia orçamental e o processo de municipalização que o MEC pretende levar por diante, à margem de qualquer debate democrático com os parceiros sociais, entre os quais se incluem as organizações representativas dos docentes e investigadores, bem como os aspetos com estes relacionados e que antecipam o maior ataque às carreiras docentes de que há memória.

À saída, e respondendo a questões colocadas pelos jornalistas, o Secretário Geral da FENPROF alertou para a extinção da grelha salarial dos docentes que integra o ECD e consequente transferência para uma grelha salarial geral (TRU – tabela remuneratória única), “recuando 25 anos”.

Nuno Crato reconheceu que essa matéria dará origem a um processo negocial, em setembro/outubro.

Municipalização

O processo de municipalização e a eventual transferência de professores e outras competências para os municípios (recorde-se que a FENPROF já reuniu com alguns deles) foi outra das questões levantadas pela delegação sindical.

O aspeto que causa maior repúdio é, sem dúvida, a atribuição de financiamento acrescido aos municípios que consigam reduzir professores para alguém do que, pela aplicação de um critério já de si muito

duvidoso, o MEC considera serem necessários. Nuno Crato reconheceu que a redação dessa proposta pode não ser muito feliz, mas não anulou a perspetiva de retirar docentes das escolas por aquela via, afirmando que as experiências-piloto em curso são para continuar.

“Não se trata só de transferência de docentes... isto envolve também questões de ordem pedagógica”, realçou o dirigente sindical.

O encerramento de escolas à revelia de autarquias e populações, foi também assunto levantado pela FENPROF nesta reunião nas Laranjeiras. O Ministro afirmou que é preciso respeitar os compromissos assumidos com quem construiu os centros educativos e, assim, da parte do MEC, não há disponibilidade para rever a orientação de fecho, nesta etapa, das 311 escolas já anunciadas.

Ensino Superior e Ciência

A precariedade laboral no ensino superior foi também abordada nesta reunião com o MEC. Recorde-se que os sindicatos da FENPROF estão empenhados na batalha pela aplicação, aos docentes do ensino superior e aos investigadores, da Diretiva Comunitária 1999/70/CE, que visa evitar o abuso dos contratos a termo sucessivos para o exercício de funções permanentes, por forma a garantir em regra a passagem à carreira, dos docentes contratados a termo, logo que disponham de uma das qualificações de referência e completarem um tempo mínimo de serviço de 3 anos. ●

➤ **INFO** www.fenprof.pt

O DEO, a reforma do Estado e a TRU Não desistimos! Não deixaremos que destruam o nosso futuro!

DULCE PINHEIRO (Membro do SN da FENPROF)

Os mais distraídos imaginaram que após a saída da troika a 17 de maio tudo encaixaria num processo de normalização da vida pondo fim ao ciclo de empobrecimento a que as políticas de direita nos conduziram. Ora nada mais errado!

O governo PSD/CDS-PP, socorrendo-se de duas peças fundamentais, o Documento de Estratégia Orçamental (DEO) e o guião “um Estado melhor”, continua na senda da subjugação ao grande capital e prossegue a brutal agressão ao povo português, desvalorizando cada vez mais o valor do trabalho, transferindo cada vez maior percentagem de riqueza para os mais poderosos. Já se fala que o período de submissão do Estado português ao estrangeiro se prolongue até 2030!

Que reflexos desta realidade afetam a administração pública?

O governo, com a cumplicidade do Presidente da República, acelerou o objetivo estrutural de reconfiguração do Estado procedendo ao desmantelamento das funções sociais e dos serviços públicos para acelerar a entrega à iniciativa privada, de mão beijada, de setores fulcrais para o país.

Quanto aos trabalhadores que asseguram funções nas áreas da saúde, educação, segurança social, justiça, defesa, cultura,... públicas, a desvalorização e o ataque aos seus direitos é cada vez mais feroz, mesmo quando isso conflita “grosseiramente” com a Constituição da República Portuguesa!

É neste contexto que foi aprovada na Assembleia da República a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP). Sob a capa da simplificação e da desburocratização, mais não faz do que recuperar a estratégia aprofundada pelo governo do PS/Sócrates: reverter para a administração pública tudo o que de mau existe na legislação do setor privado, produzindo um extenso documento de centenas de artigos (com parte dos direitos por regulamentar). A precarização do vínculo, a desproteção dos trabalhadores, os cortes salariais, o aumento do horário de trabalho, a diminuição dos dias de férias, a facilitação



dos despedimentos incluindo a «legalização» do despedimento sem justa causa, são notas dominantes desta Lei!

Outro documento central é o que suporta a tabela remuneratória única (TRU) e os novos cortes salariais. Tal como já vem sendo hábito, ainda as negociações com os sindicatos decorrem e já a Assembleia da República, reunindo extraordinariamente para o efeito, o vai votar no próximo dia 25 de julho!

A revisão da TRU pretende fazer a integração automática de todas as carreiras não revistas nos termos da Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações e pode determinar uma machadada fatal nos Estatutos da Carreiras Docentes! Em causa pode estar a carreira única (passar a haver desenvolvimentos diferenciados por nível e setor de ensino); a carreira sem constrangimentos para chegar ao topo (como já tivemos com a candidatura e os titulares) e a paridade com a carreira técnica superior. Pode até o MEC querer prolongar (ainda mais) o número de anos para o topo!

Não podemos permitir que uma luta intensa e prolongada, iniciada antes do 25 de ABRIL, para a conquista dos Estatutos de Carreira se esfume! A defesa dos ECD é imperativo de luta de qualquer professor ou investigador!

Após mais uma derrota do governo no Tribunal Constitucional (para a qual a nossa

“**O governo, com a cumplicidade do Presidente da República, acelerou o objetivo estrutural de reconfiguração do Estado**”

luta constituiu um forte impulso) revertendo os roubos salariais, eis que vem o governo de novo ao ataque tentando repor os chamados “cortes do Sócrates” (descontar acima de 1500 euros entre 3,5% e 10%). Para contornar a declaração de inconstitucionalidade, preveem devolver 20% de extorsão salarial, em 2015 e, se houver “cabimentação orçamental”, repor o resto até 2020! Esta é simplesmente uma manobra para continuar a impedir a progressão nas carreiras, os aumentos salariais e a transformação em definitivo do que era suposto ser transitório!...

Sempre a mesma filosofia: resolver a crise à custa de quem trabalha ou já trabalhou! Mas os professores e investigadores saberão responder e dia 25 de julho iremos, todos, para a Assembleia da República, onde, mais uma vez, demonstraremos que não desistimos, que não baixamos os braços e que sabemos lutar para defender o que é justo! ●



Encontro Nacional “Pelo Direito a ser Professor”

Perante tão grandes e graves ataques às carreiras e à Escola Pública

Não é possível parar de lutar pela Escola e pela Profissão

“Temos que esclarecer, informar e mobilizar os professores. Temos que unir e criar convergências. Temos que agir e lutar!”

Foi com este apelo que Mário Nogueira fechou o período de intervenções do Encontro que decorreu no passado dia 16 de julho, no Fórum Lisboa (antigo cinema Roma), “Temos direito a ser professores e a uma carreira digna e valorizada”, lia-se no pano estrategicamente colocado na tribuna deste encontro promovido pela FENPROF que reuniu centenas de docentes, oriundos de diferentes regiões do país e que aprovaram uma **moção** e um **documento que sintetiza as reivindicações** deste oportuno debate, dirigido por António Avelãs, Presidente do SPGL e membro do Secretariado Nacional da FENPROF. No final, os participantes neste encontro nacional dirigiram-se ao MEC, na Av. 5 de Outubro, onde entregaram os documentos aprovados.

As mais de vinte intervenções registadas na sessão - um debate vivo e uma expressiva afirmação de combatividade - e as grandes linhas de força dos dois documentos aprovados chamam a atenção para a necessidade de reforçar a mobilização e a ação em defesa dos estatutos das carreiras docentes (ECD, ECDU/Universidades e ECDPESP/Politécnicos) e da manutenção das atuais estruturas de carreira, de modo a manter-se a identificação dos seus estatutos profissionais com o importante papel social que desempenham e a impedir a sua extinção enquanto corpo com características específicas na Administração Pública. O documento aprovado no debate reafirma a oposição frontal dos docentes a uma eventual extinção das grelhas salariais que constam dos seus estatutos de carreira, discordando da imposição de uma tabela remuneratória única (TRU) que, a concretizar-se, “constituiria um recuo de mais de 25 anos, abriria caminho à desvalorização material da profissão e seria o início de um processo de destruição do ECD”.

Municipalização

Os docentes presentes no Fórum Lisboa recusam qualquer transferência de novas

responsabilidades para o poder local, através do designado processo de municipalização da educação, sem que seja precedida de um debate público com todos os parceiros educativos, e recusar, inequivocamente, qualquer tipo de transferência de responsabilidades a nível da gestão do pessoal docente para as autarquias, exortando os professores que exercem atividade nos concelhos em que se prevê o desenvolvimento de experiências de municipalização a intervirem, exigindo o acesso a toda a informação e tomando posição sempre que tal se justifique. Nesse sentido, foi manifestada a solidariedade com a luta desenvolvida pelos docentes de **Matosinhos**.

Encerramento de escolas

O apoio a todas as lutas das populações contra o encerramento das suas escolas, foi outra nota saliente do debate, que deixou um forte apelo ao aprofundamento da luta contra a precariedade, o desemprego e a instabilidade profissional e do próprio sistema de ensino, que são, em grande medida, resultado da recusa do MEC a regulamentar o que, no plano do direito comunitário, tem força obrigatória (Diretiva 1999/70/CE, de 28 de junho), designadamente para o ensino superior e investigação, ou fazendo-o de forma insuficiente para os restantes setores;

Recusar e lutar contra qualquer nova prova (PACC) destinada a humilhar e degradar a imagem social dos professores, sendo convocada nova greve à vigilância dessa prova, caso se realize, e apelando ao envolvimento dos próprios professores contratados em todas as ações que contribuam para derrotar, de novo, a PACC, foi outro aspeto saliente do encontro nacional, que deixou ainda dois apelos:

- À subscrição das **petições** distritais/regionais em defesa da Escola Pública que continuam ainda a recolher assinaturas para serem entregues na A.R. e para subirem a plenário;

- Ao reforço da subscrição do **Apelo em Defesa da Escola Pública** com vista a que, a partir do mesmo, se amplie a convergência da comunidade educativa, orientada para a concretização do objetivo definido.

“Toca a reunir em defesa do ECD”

A realização de “um grande Plenário Nacional

de Professores”, no início do próximo ano letivo, sob o lema “Toca a reunir em defesa do ECD”, mereceu o apoio do encontro, que manifestou, também, a necessidade de dinamizar um processo de auscultação dos docentes, sejam do ensino público, sejam do ensino particular e cooperativo, sobre a ação a desenvolver, face às propostas, quer do governo, quer da AEEP que se destinam a agravar as condições de trabalho nas escolas e a desvalorizar o exercício da profissão de professor;

A convergência entre todos os que integram a comunidade educativa, no sentido de promover uma grande iniciativa nacional em Defesa da Escola Pública, do seu caráter inclusivo e universal e do seu desenvolvimento segundo padrões exigentes de qualidade, foi tema presente em várias intervenções.

“Em agosto vão chegar decisões do Governo. Temos que estar atentos”, alertou Mário Nogueira. Os horários-zero e a consequente passagem à mobilidade especial, antecâmara do desemprego, foi um dos temas em destaque na intervenção do Secretário Geral da FENPROF, que retomou um número que diz tudo sobre os objetivos de Nuno Crato e do Executivo PSD/CDS em relação aos professores: entre 2011 e 2014 o desemprego docente teve um aumento de 256 por cento.

O debate no Fórum Lisboa não podia ser mais esclarecedor: o ataque às funções sociais do Estado vai continuar e a Educação pública é um dos alvos. Como destaca a moção aprovada em 16 de julho, a designada reforma do Estado, que o Governo pretende sujeitar ao guião “um Estado melhor”, é um verdadeiro manual de desmantelamento das funções sociais do Estado, um processo que constitui um efetivo ajuste de contas com Abril, há muito desejado pela direita no poder: maioria parlamentar, governo e Presidente da República [desresponsabilização do Estado, transferência de competências, municipalização da educação, contratos de autonomia, privatização com o reforço dos contratos de associação, a criação de escolas independentes e a prática do cheque-ensino].

Mais do que nunca, é necessário unir e mobilizar todos os professores. | JPO ●





investigação a que o presidente da FCT apelidou de "poda" da investigação em Portugal, tem agora mais uma componente: o corte de metade dos centros, e com uma justificação nada clara nem transparente.

A juntar à redução para 1/3 dos contratos e bolsas para investigadores, esta morte anunciada de metade dos centros significará uma quebra fatal na investigação científica em Portugal, pelo menos nos termos em que a conhecemos nos últimos 20 anos.

Com a divulgação dos resultados da 1ª fase da avaliação dos cerca de 300 centros de investigação portugueses (que têm sido sucessivamente avaliados desde há cerca de 17 anos) foi "decretada" a morte de metade desses centros, 22% imediatamente!, pois ficam já sem nenhum financiamento, e os outros 26% que receberão apenas uma verba residual de cerca de 500€ por investigador, o que praticamente só

custeará o apoio administrativo e os condenará no curto prazo, pois perdem de facto o acesso aos programas de investigação ou às bolsas para os seus investigadores.

Quanto aos restantes centros, não é garantido que tenham um financiamento razoável, embora passem à fase seguinte de avaliação.

Recordar-se que centros, que anteriormente (em 2010) tinham sido avaliados por painéis internacionais com "muito bom" ou mesmo "excelente", foram agora excluídos sem sequer serem objeto de visita presencial pelos avaliadores, e com um processo avaliativo que não tem nada de transparente.

A FENPROF, juntamente com as outras associações sindicais do setor, associações de bolseiros e investigadores, irá contestar este processo nebuloso que provocará um retrocesso civilizacional, neste domínio, de décadas, e promoverá a denúncia na opinião pública, bem como nos meios científicos e sindicais internacionais, da situação que o Governo e a FCT estão a provocar. ●

A FENPROF exige que o Governo

- Reponha de imediato a totalidade dos 42 milhões indevidamente cortados nos orçamentos iniciais para 2014 e reforce os orçamentos das Instituições de Ensino Superior em cerca de 88 milhões para o cumprimento da decisão do TC sobre a inconstitucionalidade dos cortes salariais
- Recue na decisão de deixar na penúria cerca de metade do sistema científico nacional

Ensino Superior e Ciência

Asfixia financeira, a grande aposta de Crato

A FENPROF' apela às instituições para que não cedam à estratégia do governo de protelar os reforços orçamentais e não deixem de renovar os contratos dos docentes precários.

Decisão do TC, salários e orçamentos de funcionamento

No final do passado mês de junho houve colegas que viram o seu vencimento líquido reposto aos níveis de 2010, mas muitos ainda o receberam com os cortes declarados inconstitucionais pelo TC. A FENPROF reclama que os salários pagos sem respeitar a decisão do TC sejam corrigidos com o correspondente pagamento de retroativos, no final do corrente mês de julho.

As dificuldades financeiras de muitas instituições de ensino superior para cumprirem as decisões do TC já no mês de junho resultaram em larga medida do não cumprimento por parte do Governo do compromisso que assumiu de devolver os 42 milhões que cortou em excesso (30 milhões às universidades e 12 milhões aos politécnicos) nos orçamentos iniciais de 2014, a pretexto da

acentuação dos cortes salariais em vigor desde 2011 e o não reforço orçamental atempado para dar cumprimento à decisão do TC (cerca de 88 milhões de euros até ao final de 2014).

Perante esta situação, mais uma vez o Ministro Nuno Crato prometeu publicamente, na cerimónia de posse do novo reitor da Universidade do Porto, que o Ministério das Finanças devolveria na semana passada a verba cortada em excesso. Afinal, o montante que foi disponibilizado às instituições foi bastante inferior ao reclamado por estas. A FENPROF exige que o Governo honre na totalidade o compromisso assumido.

A FENPROF defende que as Universidades e os Institutos Politécnicos não devem acomodar-se, fazendo "poupanças" que ponham em causa as condições de sustentabilidade dos níveis de qualidade da sua atividade, devendo, ao invés, interromper o seu funcionamento no momento em que não tenham condições financeiras para prosseguir a sua ação, forçando desse modo o Governo e o MEC a cumprir os compromissos que assumiram e as implicações financeiras da decisão do TC.

Avaliação e financiamento das Unidades de Investigação

No domínio da Ciência, o processo de redução brutal do investimento e das bolsas de

O governo está a negociar com uma dúzia de autarquias a municipalização do ensino secundário, do ensino básico e da educação pré-escolar. A FENPROF divulga na sua página na internet os três documentos que servem de suporte a esse processo de negociação.

Uma questão central tem estado nas preocupações dos professores e nas páginas dos jornais: a transferência dos docentes para as autarquias locais. Sobre esta importante questão o Ministro da Educação veio recentemente afirmar que, por enquanto (!), esta matéria não será incluída na contratualização com as autarquias. Nuno Crato fez afirmação semelhante na reunião realizada com a FENPROF, no passado dia 11 de Julho.

Esta afirmação do Ministro da Educação deixa claras duas questões importantes:

- O governo quer passar para as câmaras municipais todas as responsabilidades com professores dos ensinos secundário, ensino básico e educação pré-escolar. De outra forma não se entenderia que tal questão estivesse colocada de forma clara no documento base para discussão com os municípios. Esse documento chega a apontar uma fórmula que permite às câmaras receber do governo 12.500 € por cada professor que consiga dispensar/poupar.

- Como em 2015 se realizarão eleições legislativas, o governo, por enquanto, não avançará com essa medida. Nuno Crato diz que, na próxima legislatura, esta matéria será retomada.

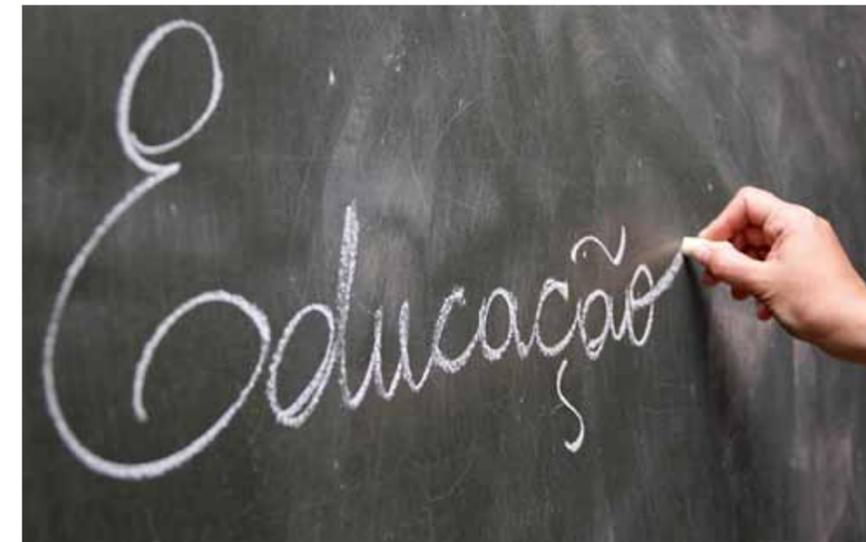
A posição da FENPROF sobre esta questão é clara – recusa liminarmente que salários, concursos e contratação de docentes, carreiras, avaliação do desempenho e ação disciplinar sejam responsabilidades a transferir para as câmaras municipais. Em diversos conselhos do país, onde o MEC está a negociar com as câmaras municipais, os Sindicatos que integram a FENPROF estão a realizar reuniões de docentes que têm aprovado posições que sustentam esta posição.

Caminho inaceitável

Mas, o processo de municipalização que o governo está a discutir com alguns municípios envolve muitas outras questões para além da que se refere à transferência de professores e educadores para as câmaras municipais.

O documento que serve de base a este processo aponta para atribuir às autarquias locais, por exemplo, o poder de decisão em matérias como a gestão curricular e pedagógica, a oferta educativa das escolas, a constituição de turmas e a organização dos horários dos docentes. Ficamos assim a saber que o MEC se prepara para transferir para as câmaras municipais poderes de decisão que hoje são das escolas e agrupamentos.

Este é um caminho inaceitável que os professores, as escolas e os seus órgãos de direção e gestão não podem aceitar. A



Os Professores já derrotaram a municipalização da educação duas vezes!

FRANCISCO ALMEIDA (Membro do SN da FENPROF)

educação e o funcionamento das escolas não podem ser geridos ao sabor das opções políticas de paróquia.

O governo do PSD e do CDS decidiu sacudir as responsabilidades que constitucionalmente lhe cabem. Decidiu cortar nas funções sociais do Estado e a municipalização da educação é apenas mais um instrumento. Decidiu ignorar a Constituição da República, governando contra as suas disposições como se de um despacho de circunstância se tratasse.

Esta questão da municipalização faz parte da história da educação em Portugal.

Nos anos de 1983 e 1985 os professores e educadores conseguiram, pela luta, que um tal processo fosse chumbado nas propostas de orçamentos de estado apresentadas à Assembleia da República. Nessa altura, também andava por cá o FMI. Coincidências!

A reforma de 1911 retomou o projeto de municipalização da educação que, em 1878, fazia parte das propostas de Rodrigues Sampaio, com o argumento de que a solução centralista em vigor desde o Marquês de Pombal tinha resultados muito fracos. No entanto, a vida não confirmou um dos objetivos dos homens da Primeira República. A sua tese apontava para que, municipalizando o sistema educativo, os poderes locais investiriam na educação pondo fim aos desequilíbrios regionais. Mas, de facto,

foram os municípios com mais recursos e com índices de escolarização superiores que mais investiram na educação.

Nóvoa (Le Temps des Professeurs, Vol II, pp 537) afirma que, excluindo as questões salariais, nenhum outro tema reuniu maior unanimidade entre os professores, contra as opções dos governos da Primeira República.

Segundo Nóvoa, os argumentos dos professores contra a municipalização da educação centraram-se em três aspetos: incompetência dos responsáveis municipais em matéria de educação; impedir o atraso no pagamento dos salários; comportamento dos caciques locais.

Nóvoa anota dois eixos no pensamento dos professores: a questão salarial (falta de recursos dos municípios para pagar os salários e muito menos para os aumentar) e a questão da autonomia no exercício da docência. Só num curto espaço de seis anos (1919 a 1925) o conflito esteve sanado com a criação das Juntas Escolares municipais (cif. A. Nóvoa op.cit) a que o fascismo viria a pôr fim. A criação das Juntas Escolares foi uma importante vitória dos professores que pôs fim à municipalização imposta em 1911. Mas, a análise desse período carece de outro espaço.

Os professores já derrotaram as tentativas de municipalização por duas vezes.

E voltarão a fazê-lo ! ●



Seixal



Angra do Heroísmo



Porto



Castelo Branco

Educação Inclusiva

Semana de Ação Global pela Educação 2014 e Encontro Nacional

ANA SIMÕES (Membro do SN da FENPROF)

À escala mundial, teve lugar, entre 4 a 10 de maio, a Semana de Ação Global pela Educação 2014 promovida anualmente pela Campanha Mundial pela Educação. A FENPROF esteve envolvida nesta grande iniciativa que, este ano, teve como tema "A Educação e a Deficiência". O principal objetivo de participação da FENPROF foi refletir sobre a Educação Inclusiva, envolvendo e sensibilizando toda a comunidade educativa e sociedade em geral.

No âmbito do projeto da Semana de Ação Global pela Educação 2014, em Por-

tugal a semana iniciou-se com a distribuição de informação à população em todas as regiões do país, realizou-se um debate com os deputados da Comissão de Educação da AR, em Lisboa, e um Encontro Nacional sobre "Educação Inclusiva", no Seixal. Estas iniciativas, promovidas pela FENPROF em parceria com a CNOD, tiveram o apoio do Instituto Nacional para a Reabilitação (INR).

O debate entre os partidos políticos decorreu no auditório



da Escola Secundária Padre António Vieira, tendo estado presentes três deputados da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República: Jacinto Serrão (PS), Rita Rato (PCP) e Luís Fazenda (BE), sendo notada a ausência, apesar do convite, de representantes dos partidos do governo. O Encontro Nacional, cuja realização foi aprovada, em 2013, pelo 11º Congresso da FENPROF, decorreu no auditório do Fórum Cultural

do Seixal, tendo contado com a presença de cerca de 400 participantes (docentes, pais, técnicos, alunos), e teve comunicações de docentes do ensino regular, da educação especial, de psicólogos, terapeutas, cidadãos com deficiência, pais/encarregados de educação e alunos, tendo tido uma avaliação, por parte dos participantes, muito positiva (98% consideraram muito relevante e relevante a realização do Encontro).

No âmbito desta semana tiveram ainda lugar 18 ações de formação, que se reali-

zaram um pouco por todo o país (Bragança, Braga, Guimarães, Porto, Penafiel, Sta Maria da Feira, São João da Madeira, Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Viseu, Lisboa, Almada, Évora, Beja, Faro) envolvendo cerca de 350 docentes desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário, tanto do Ensino Público como do Particular e Cooperativo.

Atendendo à distância geográfica, o Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) organizou, também no

âmbito desta Semana, duas ações de formação e dois Encontros sobre "Educação Inclusiva" (Angra do Heroísmo e Ponta Delgada) que envolveram cerca de 100 participantes.

Estas iniciativas integraram ainda o plano de ação da FENPROF para o ano letivo 2013/2014, no quadro da defesa de uma Escola Pública, Democrática, Gratuita, Inclusiva e de Qualidade para todos. Princípio que a FENPROF sempre defendeu, assumindo-o na sua intervenção! ●

Assembleia da República

Coimbra e Faro entregaram Petição em Defesa da Escola Pública

O SPRC e o SPZS, representados por Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF, e por membros das direções dos dois sindicatos, entregaram, na Assembleia da República, mais de 4700 assinaturas nas duas Petições recolhidas sobre a situação nos distritos de Coimbra e Faro, juntando-se, assim, às já entregues de Viseu, Leiria e Castelo Branco (também superando as necessárias 4000, em cada uma, para que subam à discussão em plenário). Essa entrega, realizou-se no dia 15 de julho.

Esta ação, inserida numa iniciativa da FENPROF, pretende levar a cabo um debate em sessão plenária sobre o financiamento do Governo a colégios particulares em zonas onde a oferta pública existe e é de qualidade, vontade, aliás, manifestada na própria petição que tem por designação título "Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da Escola Pública".

No caso do distrito de Coimbra

O SPRC, com mais de duas dezenas de outras entidades em representação de associações de pais, escolas, de associações de estudantes, sindicatos da administração pública e instituições de ensino superior, exige que "o cerco feito às escolas públicas através de acordos dos governos com os estabelecimentos do ensino particular e cooperativo (EPC), duplicando despesa, mas favorecendo, claramente, os donos dos colégios, sejam eles individuais ou coletivos, tem de terminar.

Nesse sentido, os signatários exigem que a distribuição de alunos por turmas no EPC só possa ocorrer quando as escolas públicas já

não possam receber mais alunos e que deve ser aberta investigação sobre a forma como foram utilizadas largas dezenas de milhões de euros em 12 anos no distrito de Coimbra no apoio, em muitos casos injustificado, ao EPC.

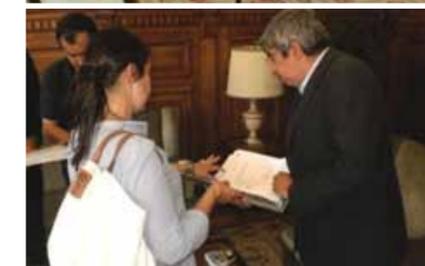
Por outro lado, muitas dificuldades sentidas nas escolas públicas decorrem da inexistência de recursos humanos que permitam constituir verdadeiras equipas multidisciplinares (pessoal docente e não docente).

Os signatários defendem a resolução desta situação, tão necessária para que exista uma efetiva igualdade de oportunidades e condições de ensino e aprendizagem de qualidade, mas também de funcionamento e de segurança, quer dos estabelecimentos de ensino, quer dos alunos que os frequentam.

Como é do conhecimento geral, o número de colégios com contrato de associação, no concelho de Coimbra, a sua localização e o universo dos seus alunos, correspondem a uma situação de favor proporcionada durante anos, há mais de 30 anos, pela administração educativa e pelas autarquias, principalmente de Coimbra, Figueira da Foz, Soure... Porém, as escolas públicas reúnem condições de recursos humanos e materiais, de património público construído de grande qualidade, correspondendo este apoio ao privado a uma política de despesismo que só existe por ser o sector privado a beneficiar com a cumplicidade político-partidária de alguns dos seus administradores.

No caso do distrito de Faro

O apoio aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, em detrimento da rede de escolas públicas, é também uma realidade. Especificamente no concelho de Faro, esta



situação verifica-se com maior incidência nos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar.

É escandaloso que no concelho de Faro existam 9 estabelecimentos de ensino particular e cooperativo (legalmente reconhecidos pelo MEC) e 16 instituições particulares de solidariedade social, subsidiadas com dinheiros públicos, enquanto a rede pública de Educação Pré-Escolar é constituída por apenas 5 estabelecimentos.

Na cidade de Faro (capital do distrito) existe apenas 1 edifício que comporta 3 salas de Jardim de Infância, num total de 75 crianças, com idades entre os 5 os 6 anos. A lista de espera de entrada neste Jardim de Infância, para as crianças com idades compreendidas entre os 3 e 6 anos, é, há muitos anos, bastante elevada.

Assim, os signatários exigem que no distrito de Faro seja garantida a frequência à Educação Pré-Escolar a todas as crianças dos 3 aos 6 anos, a qual só é possível, em igualdade de oportunidades, com a existência de jardins de infância e escolas públicas, onde as condições de ensino-aprendizagem, de funcionamento e de segurança sejam de qualidade para todos os alunos e os profissionais da Educação. ●

Ensino e Formação Profissional Dual de nível secundário Opção qualificante ou desqualificada?

ANABELA SOTAIA (Membro do SN da FENPROF) e FERNANDO VICENTE (Membro do CN da FENPROF)

Um ano apenas após a entrada em vigor da matriz curricular dos cursos profissionais e sem qualquer avaliação prévia ao seu funcionamento e adequação, e sem qualquer respeito por escolas, professores e os próprios alunos, eis que esta volta a ser alterada através de um novo diploma legal que o governo pretende aprovar, enquadrador dos princípios orientadores da oferta de educação e formação profissional dual de nível secundário, destinada a jovens até aos 25 anos de idade.

A aposta dominante daquele projeto de diploma vai para o reforço da carga horária da componente de Formação em Contexto de Trabalho, que passará quase para o dobro da atual, à custa do evidente desprezo pelas componentes científicas e culturais, "que é tão necessária para a qualificação dos alunos e para a sua adaptação à variabilidade das condições do mercado de emprego". Abre, ainda, a possibilidade para que estes cursos possam ter apenas dois anos de duração dando equivalência ao ensino secundário, com uma certificação de nível 4.

"Formação de menor categoria"

De salientar, ainda, que estes cursos poderão vir a ser dados por entidades certificadas em termos a definir em Portaria posterior, ou seja, abre-se a possibilidade de existir uma oferta de escolaridade obrigatória fora da Escola, fora do sistema de educação e formação, em ambiente única e exclusivamente pensado para o mercado de trabalho, algo com que discordamos totalmente. Como refere o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) a este propósito, "tal formação, para além de poder carecer dos requisitos de qualidade que o ensino obrigatório deverá ter, correria o risco de ser apercebida pela sociedade como sendo



uma formação de menor categoria, com as implicações sociais inerentes".

Refere, ainda, o parecer do CNE a dado passo, "sem prejuízo de reconhecer a diversidade de aptidões e de orientações vocacionais dos jovens abrangidos pelo ensino obrigatório, é importante não criar sistemas fechados, indutores de clivagens sociais, mas antes permitir que seja concedido a todos os Portugueses o acesso aos níveis mais elevados de formação, salvaguardando a equidade entre as diversas vias formativas".

Em síntese, e tendo em conta as opções políticas vertidas neste projeto de diploma, estamos perante uma real desvalorização e desqualificação dos percursos de educação e formação profissional, exatamente o

oposto do que deve ser a finalidade deste tipo de cursos e daquilo que tem vindo a ser a retórica do governo. Se tal documento for aprovado, será mais uma oportunidade perdida de consolidar e credibilizar as várias modalidades de educação e formação de carácter profissionalizante.

Como a FENPROF tem vindo a dizer, o principal desafio que todos continuamos a ter pela frente é assumir, de uma vez por todas e sem falsas retóricas, as vias profissionalizantes como um vetor estratégico para a concretização de um novo modelo de desenvolvimento do país e dos cidadãos, sob pena de continuarmos a persistir no mesmo erro que não nos leva a lado nenhum, como já se provou. ●

Saudação da FENPROF às lutas dos médicos e dos trabalhadores da Controlinveste

A FENPROF saudou as greves dos médicos convocada pela FNAM e a elevada adesão destes profissionais em defesa do Serviço Nacional de Saúde e dos serviços públicos e a luta dos jornalistas e outros trabalhadores do grupo Controlinveste, realizadas em julho.

"É inadmissível o ataque que o governo português tem desferido contra os serviços públicos, uma opção política ideologicamente marcada pela alienação do papel do Estado e

pelo desprezo pelos profissionais destes serviços e pelos seus utentes", destaca uma nota divulgada pela FENPROF, que acrescenta:

"Contrariando os preceitos constitucionais, o governo tem vindo a encerrar serviços públicos, pondo em causa a universalidade do direito, designadamente, à educação e à saúde, e a reduzir pessoal, num claro desprezo pela dignidade humana, pelo direito ao emprego com direitos e pelos profissionais

que, mantendo o posto de trabalho, veem agravados horários e condições de exercício da profissão."

A paralisação (11/07) nos órgãos de informação da Controlinveste (DN, JN, O Jogo, Notícias Magazine e TSF) foi precedida de uma vigília simultânea em Lisboa e no Porto, registando uma grande adesão de jornalistas e outros trabalhadores e uma onda de solidariedade em todo o país. ●

CCT do Ensino Particular e Cooperativo FENPROF entrega na tutela pedido de conciliação com a AEPP

No passado dia 19 de junho, a FENPROF entregou no Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social o pedido de Conciliação no âmbito da denúncia, pela AEPP, do Contrato Coletivo de Trabalho para o Ensino Particular e Cooperativo.

A AEPP, em maio de 2013, denunciou o Contrato Coletivo de Trabalho em vigor, tendo apresentado uma proposta negociada à qual a FENPROF respondeu, em junho do mesmo ano, com uma contraproposta que, até hoje, não obteve uma resposta formal e objetiva.

Apesar de a FENPROF ter manifestado a sua disponibilidade para negociar diretamente com a AEPP, esta Associação entendeu não existirem condições que permitissem a negociação, isto porque pretendia que, à cabeça, a FENPROF aceitasse as suas posições.

Relativamente à proposta apresentada pela AEPP, a FENPROF considera que não garante a qualidade educativa dos estabelecimentos de ensino, já que agrava os horários de trabalho e as condições do exercício profissional dos docentes deste setor de ensino. Sobrepõe razões economicistas à qualidade do ensino e não valoriza o papel do docente enquanto peça fundamental para o sucesso dos estabelecimentos. É globalmente mais desfavorável, não dignificando o exercício da profissão docente.

Propostas da FENPROF

A contraproposta da FENPROF privilegia um clausulado que equilibra os direitos dos trabalhadores dos estabelecimentos de ensino com o respeito e reconhecimento pelos interesses dos empregadores. Assim, a FENPROF propõe:

- Que os horários letivos dos docentes possam ser organizados de forma flexível, de acordo com o projeto curricular de cada estabelecimento, tendo por referência o tempo letivo de 50 minutos, num total de 1100 minutos a que correspondem 22 horas letivas;

- A manutenção das 35 horas de trabalho semanal para os trabalhadores com funções docentes, integrando uma componente letiva de 25 horas para os Educadores de Infância e Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico e 22 horas para os Professores dos 2º e 3º

Ciclos do Ensino Básico e Secundário e uma componente não letiva conforme as regras constantes do CCT em vigor, estabelecendo um equilíbrio entre as necessidades das direções dos estabelecimentos e o cumprimento da atividade docente;

- Manter a estrutura de carreira em vigor;

- No âmbito do reconhecimento da importância das aprendizagens em creche, o alargamento da aplicação da Convenção a todos os estabelecimentos que desenvolvam atividades regulares de carácter educativo;

- A vigência de dois anos da Convenção e a sobrevigência de dezoito meses, por forma a permitir uma maior estabilidade e uma melhor adaptação dos trabalhadores e empregadores à nova Convenção.

Quando o processo de Conciliação se iniciar e a AEPP apresentar uma nova proposta de revisão do CCT, a FENPROF irá auscultar os docentes, com o objetivo de obter contributos que permitam tomar a melhor decisão, tendo em conta o cenário de caducidade do CCT do EPC a partir de fevereiro de 2015.

Para a FENPROF é da máxima importância a celebração de uma convenção coletiva de trabalho que continue a regular o setor do ensino particular e cooperativo, dando continuidade a uma prática iniciada ainda antes do 25 de Abril de 1974, e nunca interrompida até à presente data. A FENPROF, à mesa da conciliação, no MESS, tudo fará para defender os legítimos interesses dos docentes do Ensino Particular e Cooperativo. ●

“

Relativamente à proposta apresentada pela AEPP, a FENPROF considera que não garante a qualidade educativa dos estabelecimentos de ensino, já que agrava os horários de trabalho e as condições do exercício profissional dos docentes deste setor de ensino.



Educação Pré-Escolar

Calendário Escolar 2014/15

Os Educadores de Infância deve ser reconhecido o mesmo nível de exigência que aos outros docentes, pelo que não se entende que o MEC continue a desvalorizar, para este setor de educação, os períodos destinados à avaliação de alunos, feita pelos Educadores de Infância, quando o próprio Perfil do Educador de Infância, aprovado pelo Decreto-Lei nº 241/2001, de 30 de agosto, a ela faz referência como uma das funções do docente da Educação Pré-Escolar.

O Despacho n.º 8651/2014, de 3 de julho, que estabelece o Calendário Escolar para 2014/2015, revela, mais uma vez, o nível de desconhecimento da atual equipa do MEC relativamente à importância de uma avaliação contínua e descritiva, suporte do planeamento e da implementação das linhas orientadoras curriculares, pondo em causa a qualidade pedagógica do trabalho que é desenvolvido pelos docentes deste setor nos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar.

Dado que o regime de funcionamento dos estabelecimentos de educação não se esgota no calendário escolar, já que este se prende exclusivamente com o desenvolvimento das atividades letivas, é nosso entendimento que, na elaboração do calendário escolar para o próximo ano lectivo, devem ser tidos em conta, com especial atenção, os pontos 1.6 a 1.9 que constam do Despacho de Calendário Escolar para ano letivo 2014/2015, designadamente quanto à programação de reuniões de avaliação, as quais devem prevenir o acompanhamento pedagógico entre a educação pré-escolar e o 1.º CEB, cuja coincidência dos momentos de avaliação é fundamental. ●

INFO www.fenprof.pt



duas palavras

LUIS LOBO* (membro do SN da FENPROF)



impressões

ANTÓNIO LUCAS (Membro do SN da FENPROF)

Estamos tramados e o governo sabe isso!

Nunca em tão pouco tempo um governo fez tão mal ao país. Num sector fundamental como é o da administração pública, que abrange muitos trabalhadores e atinge as suas famílias, podemos dizer que, directa ou indirectamente, mais de um milhão e meio de portugueses são afectados pelos cortes sobre os salários, desde o governo Sócrates, e cuja escalada só parou com a intervenção inevitável do Tribunal Constitucional, e que cerca de meio milhão de portugueses são atingidos por via dos roubos efectuados nas pensões, a que se devem somar as injustas e inadmissíveis taxas aplicadas sob uma capa de medida positiva – primeiro a CES e agora a CdS.

A propósito, fica um aparte: esta é a estratégia normalmente adoptada pelos governos que suportam ideologicamente o capitalismo – lançar uma ideia aparentemente positiva, mas que, em si, encerra um interesse extremamente negativo para aqueles a quem se dirige. São exemplos disso as expressões “contribuição extraordinária de solidariedade” e “contribuição de sustentabilidade” (em vez de roubo nas pensões), “colaboradores” (em vez de operários ou trabalhadores), “liberdade de escolha” (em vez de desresponsabilização do Estado), “taxa moderadora” (em vez de imposto sobre o acesso aos serviços de saúde) ou, mesmo, “mobilidade profissional” (em vez de deslocalização do posto de trabalho) e “mobilidade especial” (em vez de antecâmara de despedimento). E os media, à força de tanto repetir a mensagem, vão subvertendo o contexto tornando-a inevitável.

Mas voltando ao que atrás referíamos, este governo, para além de comer parte muito significativa do salário ou da pensão, de ter mantido os cortes e até de os ter tentado aumentar, de ter feito incidir sobre os rendimentos do trabalho mais uma sobretaxa, de se preparar para uniformizar os salários na administração pública numa única tabela, eventualmente com a intenção de os reduzir ou de impedir que se aspire a voltar a progredir remuneratoriamente, aplicou sobre os salários dos portugueses uma enorme carga fiscal.

Há tempos atrás, um arrogante e vaidoso ministro, de nome Vítor Gaspar, dava-se ao luxo de ameaçar com uma brutal carga fiscal como única medida para fazer com que o país “respeitasse os seus compromissos”. O resultado qual foi? Foi-se o Gaspar, ficou o vaticínio. Portugal paga, mas paga mais do que deve. Os juros crescem e a dívida também. Todos sabemos que a renegociação da dívida é inevitável, nos montantes, nos prazos e nos juros. Sem ela estaremos condenados e o pior é que o governo sabe bem isso. ●

(* O autor não usa o designado Acordo Ortográfico de 1990 por objecção de consciência



“

Num sector fundamental como é o da administração pública, que abrange muitos trabalhadores e atinge as suas famílias, podemos dizer que, directa ou indirectamente, mais de um milhão e meio de portugueses são afectados pelos cortes sobre os salários.

Indemnização por despedimento ilegal

Não tenho qualquer formação jurídica, talvez com a exceção das cadeiras que fiz de História Institucional e Política durante o meu percurso académico e que me deram uma pequena visão da história política e institucional, sobretudo na Europa Ocidental. De qualquer forma, parece-me que, nas sociedades democráticas, a Lei é uma emanção da vontade coletiva, sobretudo da maioria, à qual as pessoas se submetem porque entendem que o seu cumprimento, pelo menos do ponto de vista teórico, contribui para o bem comum e caracteriza um “Estado de Direito”.

Esta pequena reflexão resulta essencialmente das posições do Governo, antes da última avaliação da troika, relativa à matéria em epigrafe. Segundo aquele, estes senhores estrangeiros, pretendem aproximar o valor da indemnização sem justa causa (ilegal) ao valor da indemnização por justa causa. Para os incautos esta posição do Governo de absoluta intransigência relativamente a esta matéria poderá parecer que estamos perante um grupo de governantes com grandes preocupações sobre os direitos e dignidade de quem trabalha. Objetivamente, esta matéria nem deveria fazer parte do quadro legal português pela afronta que constitui aos trabalhadores e pelo sinal ético que se dá aos cidadãos de que o capital é o valor supremo e acima da dignidade humana.

A discussão em torno da indemnização por despedimento ilegal é a assunção de que se podem cometer ilegalidades desde que a pessoa ou pessoas lesadas sejam indemnizadas, ou seja, poder-se-á discutir sobre a pertinência, no limite, de alguém matar outrem sem ser preso desde que indemneze a respetiva família, ou que se cometam

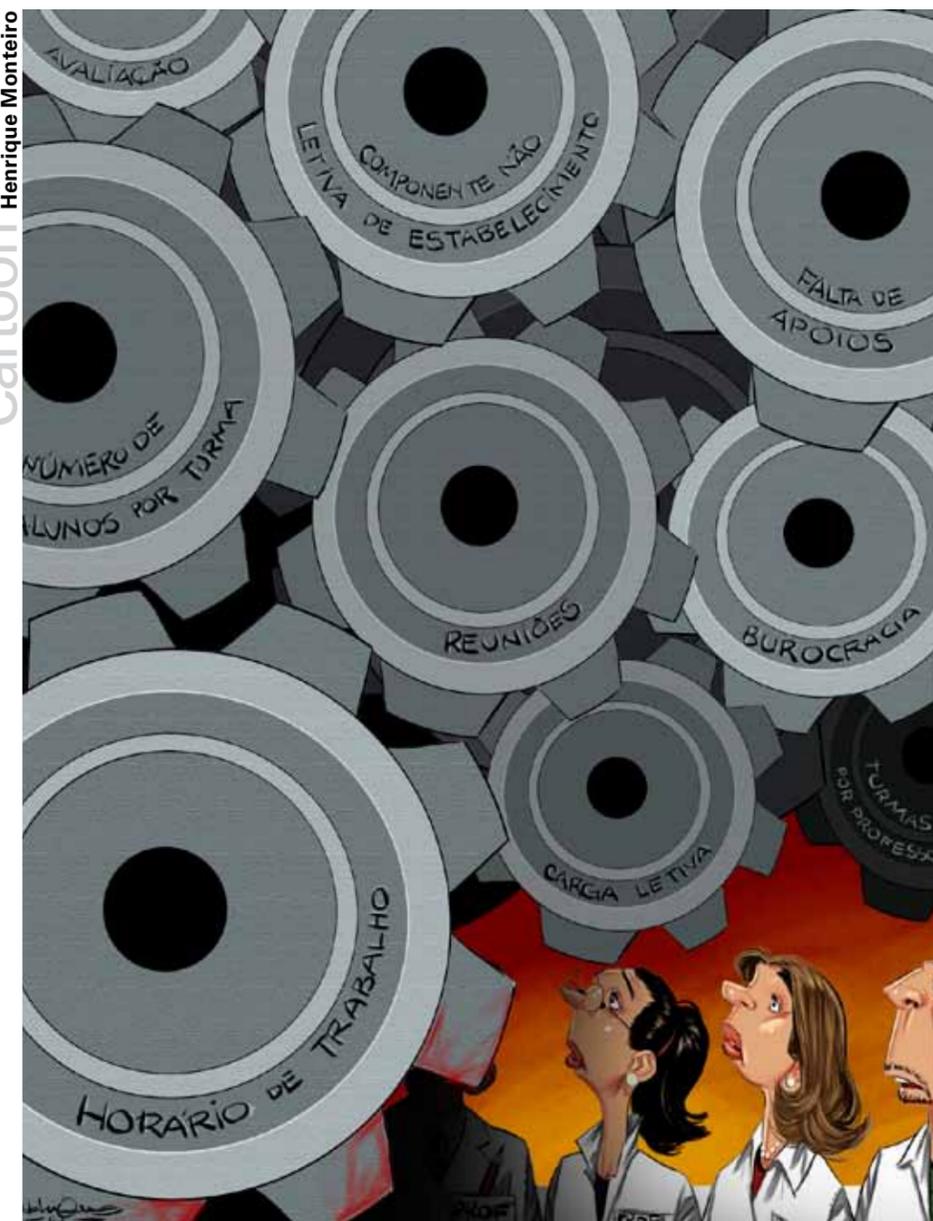
quaisquer ilegalidades desde que os ofendidos rejam ressarcidos economicamente.

Em última análise, parece que a sociedade, ou os seus repre-

sentantes, aceitam que o dinheiro está acima do cumprimento da Lei e que esta pode ser cumprida, distorcida e contornada em função do “vil metal”.

Podemos, ainda, concluir que este é mais um sinal, a juntar a tantos outros, da enfermidade com que se debate a nossa sociedade e a nossa democracia. ●

Cartoon
Henrique Monteiro





Milhares de trabalhadores voltam a pedir a demissão do Governo

Os participantes na manifestação realizada no passado dia 10 de julho, em Lisboa, “contra o roubo dos direitos, salários e pensões”, aprovaram a convocação de uma concentração nacional de dirigentes, delegados e ativistas sindicais, já no próximo dia 25 de julho, seguida de desfile para a Assembleia da República, com vista a rejeitar a proposta de lei sobre a reconfiguração dos cortes salariais que, nessa data, será votada no Parlamento.

A demissão do Executivo de Passos Coelho e Paulo Portas e o repúdio dos trabalhadores pelas políticas sociais e económicas, que fomentam o desemprego e o empobrecimento, marcaram este 10 de julho de protesto e luta, que registou a participação de docentes de vários pontos do país, em representação dos Sindicatos da FENPROF.

Os dias que vivemos são de profundas preocupações para os docentes, como registaram várias equipas de reportagem em serviço nesta ação do movimento sindical. Vários

professores presentes referiram aos jornalistas que a intenção do MEC é mesmo destruir o Estatuto da Carreira Docente (ECD) e atacar, ainda mais violentamente, os professores e educadores e as escolas públicas.

A confirmá-lo, como a FENPROF já alertou, “estão documentos que começam a ser conhecidos, como os que se destinam à municipalização da Educação ou à criação de uma tabela remuneratória única que integraria os professores, deixando estes de se enquadrar na grelha salarial específica que os seus estatutos de carreira consagram”.

A CGTP-IN convocou esta ação nesta data para mostrar ao Governo e à maioria parlamentar a firme renúncia dos trabalhadores às propostas de lei que apontam para o prolongamento do período de trabalho e para a redução do pagamento do trabalho extraordinário e que reduzem os prazos de caducidade e de sobrevivência das convenções coletivas de trabalho.

As elevadas temperaturas que se fizeram sentir durante o desfile, que teve dois

pontos prévios de concentração (Marquês de Pombal e Cais do Sodré), não retiraram ânimo e determinação aos manifestantes que gritaram bem alto: “Existem soluções, queremos eleições”, “Segurança Social é nossa, não é do capital” e “Sem contratação, não há democracia”.

Existe alternativa

“A CGTP-IN não pactuará com o retrocesso, com a retirada de direitos, com a destruição dos mais elementares instrumentos para o bem-estar e a coesão social e territorial.

Os consensos e compromissos a que estamos dispostos passam necessariamente pela rutura com esta política e a implementação de uma alternativa, de esquerda e soberana, de justiça e igualdade, que responda às reais necessidades dos trabalhadores e do povo português”, sublinhou Arménio Carlos em São Bento, ponto de chegada do desfile.

O Secretário Geral da CGTP-IN falou de “uma alternativa que contemple a nossa proposta para renegociação da dívida, para o



incremento da produção nacional, para uma política de rendimentos que promova uma justa repartição da riqueza, com serviços públicos e uma educação, saúde e segurança social para todos!”

O dirigente da Central unitária reafirmou a exigência de “uma política alternativa de esquerda e soberana que tenha à frente do país aqueles que colocam os interesses do povo e do país à frente dos credores e da alta finança.” “Só assim nos veremos livres das negociatas da banca, do comportamento do Banco de Portugal e do Governo, sempre pronto a branquear os que desviam milhões como no caso do BES e sempre disponíveis para enterrar o dinheiro que dizem não existir, nos buracos sem fundo criados pela gestão privada em sectores fundamentais”, observou.

A importância da unidade

“Nunca como hoje a unidade foi tão importante. Unidade de todos os trabalhadores, do sector público e privado. Unidade dos que têm, e dos que ainda não têm, filiação sindical, dos que têm, e não têm emprego. Unidade dos mais jovens e dos menos jovens. Unidade dos que têm vínculos estáveis e dos que se confrontam com a precariedade absoluta. Unidade para continuar e intensificar a luta, fazendo deste um verão de ação pela transformação”, destacou Arménio Carlos, que deu, de seguida, alguns exemplos da

combatividade e da luta que “não para”:

- A greve dos médicos em defesa do SNS do passado dia 8 e 9
- A greve dos trabalhadores da Controlinveste contra o despedimento coletivo, pela democracia na informação
- A greve na GalVidro da Marinha Grande e na Cofelis, empresa de limpeza da Continental/ Mabor
- O Encontro Nacional de Educação, promovido pela FENPROF no dia 16, em Lisboa
- A greve dos trabalhadores das centrais dos CTT de Lisboa, Coimbra e Porto, do dia 21 de julho a 1 de agosto
- A greve dos enfermeiros do Centro de Saúde da Marinha Grande nos dias 22 e 23
- A luta dos trabalhadores em contrato/emprego de inserção, no dia 25, em Lisboa

Campanha de esclarecimento

Na resolução aprovada, a CGTP-IN aponta também para a dinamização, durante o mês de agosto, de uma forte campanha de esclarecimento, sensibilização e mobilização, centrada nos locais de trabalho e junto das populações, com o objetivo de reforçar a unidade dos trabalhadores e alargar a convergência de todos aqueles que contestam este Governo, no âmbito da preparação de novas e intensas ações de luta, pela rutura com a política de direita e pela construção de uma alternativa. | JPO ●



NO ALVO

Dívida pública já ultrapassa os 133%

A situação é insustentável!

Com a aplicação do programa de agressão nos últimos três anos, supervisionada pela *troika* estrangeira, a economia entrou numa recessão prolongada, com uma quebra acumulada neste período de 6% no PIB, uma retração superior a 35% no investimento e uma dívida pública que já ultrapassa os 133%.

O desemprego brutal que atinge cerca de 1,3 milhões de pessoas e empurra as novas gerações para a emigração forçada, com níveis só comparáveis com a saída dos portugueses do país na década de 60, a precariedade generalizada, o alastramento da pobreza a centenas de milhares de famílias, constituem hoje problemas sociais com dimensão estrutural, decorrentes desta gravíssima situação económica e financeira, a qual não tem resolução no quadro das mesmas políticas que estão a ser seguidas e que estão na sua origem.

O aumento da exploração do trabalho, o empobrecimento dos portugueses e o desmantelamento dos serviços públicos e o ataque às Funções Sociais do Estado (Educação, Saúde, Segurança Social), já não são apenas consequência da degradação económica existente mas constituíram-se em objetivos prioritários do Governo do PSD/CDS-PP e da política de direita que serve os interesses do capital a que o país foi atrelado. A situação é insustentável!

(...) A saída para a crise em que a política de direita mergulhou o país não passa por apelos à reconstituição da “União Nacional” de má memória dos tempos do fascismo, mas pela rejeição desta política, para pôr o país no rumo do desenvolvimento, afirmando os ideais, os princípios, as causas e os valores de Abril e que traduzem a essência da nossa democracia e de uma sociedade de progresso e de justiça social. | **Da resolução aprovada na ação da CGTP-IN de 10 de julho, em Lisboa** ●



Aposentados

O Governo continua a tentar tornar insustentável a vida dos pensionistas!

O Governo PSD/CDS-PP, sabendo que a CES tem que ser revogada, por ser manifestamente impossível manter, por mais tempo, uma contribuição que afirmara ter carácter extraordinário, aprovou e apresentou à AR uma proposta de lei que visa acabar com a CES, mas, ao mesmo tempo, criar uma nova contribuição que denomina por Contribuição de Sustentabilidade (CdS).

Alega, neste âmbito, que tem por fim garantir a “sustentabilidade” do sistema, impor novas regras para atualização anual das pensões, que poderão levar a que não haja atualizações durante vários anos, isto é, contém um conjunto de medidas que aponta claramente para o prosseguimento das políticas de austeridade, com o contínuo esmagamento dos rendimentos das pessoas e das famílias, através da redução de direitos dos trabalhadores e dos pensionistas. A FENPROF contesta vigorosamente esta

proposta de lei. A CdS tem exatamente os mesmos efeitos da CES (a redução dos valores das pensões), e torna definitiva uma medida antes apresentada como transitória.

O Governo pretende transformar as/os aposentadas/os no bode expiatório das suas políticas, acumulando na mesma proposta de lei, sobre os novos e permanentes descontos nas pensões, a legislação sobre o aumento do IVA!

Perante esta situação tão gravosa, a FENPROF agiu de imediato:

- Propôs às/aos docentes aposentadas/os que contestassem as novas medidas, enviando um texto via mail à Presidente da AR, ao Presidente da Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) e aos deputados dos Grupos Parlamentares.
- Elaborou um parecer sobre as medidas propostas neste Projeto Lei nº 236/XII (3.ª).
- Esteve presente na AR no dia 27 de

Junho, dia do debate do projeto lei, juntamente com a Inter-reformados.

- No dia 4 de julho entregou presencialmente o seu parecer, assim como outros 16, aprovados pelos sindicatos.

- Fez vários comunicados de imprensa para os órgãos de comunicação social, de modo a estes poderem acompanhar e noticiar todas estas ações.

Só um profundo desrespeito e desprezo, como o que o governo nutre pelos pensionistas, justifica uma proposta de lei deste tipo.

Não podemos aceitar que sigam este caminho!

Como diz o povo “quem não se sente não é filho de boa gente”. Assim, por nos sentirmos ofendidos, desrespeitados e roubados nos nossos direitos e pensões, vamos mobilizar-nos para as lutas necessárias.

Todos seremos poucos para fazermos valer os nossos direitos e exigir sermos tratados com a dignidade que nos é devida. ●

Parecer da FENPROF sobre a Proposta de Lei no 236/XII (3.ª)

Os docentes aposentados, tal como a generalidade dos reformados e aposentados, têm visto os seus rendimentos constantemente reduzidos pelo congelamento das suas pensões desde 2009, pela aplicação da contribuição extraordinária de solidariedade sobre todas as pensões de valor superior a 1000 euros, pelo substancial agravamento da carga fiscal sobre as pensões em sede de IRS. A esta situação há a acrescentar o aumento das participações com a ADSE e da maior parte dos bens e serviços essenciais, incluindo saúde, habitação, energia e transportes. Tudo isto ainda agrava a proposta de lei apresentada pelo governo, tornando-a mais injusta e inaceitável.

Prevê-se, também, um agravamento do fator de sustentabilidade, a aplicar no cálculo das pensões, no sentido de reduzir o seu valor real. Por outro lado, a idade legal para a aposentação vai sendo progressivamente aumentada, correspondendo a uma outra forma de penalizar os trabalhadores.

A Contribuição de Sustentabilidade

A presente Proposta de Lei cria a contribuição de sustentabilidade com o objetivo de substituir a atual Contribuição Extraordinária de Solidariedade, dando carácter permanente e definitivo a uma medida que sempre foi apresentada como temporária e transitória, cuja aplicação se esgotaria com o prazo de vigência do memorando de entendimento celebrado entre o governo e a trioka. Reforça-se o facto de a atual Contribuição Extraordinária de Solidariedade ter carácter temporário e excepcional e só não terá sido declarada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional em razão destas suas características.

A Contribuição de Sustentabilidade, agora proposta, é classificada como medida permanente com o alegado objetivo de assegurar a sustentabilidade dos sistemas públicos de segurança social, incidindo sobre todas as pensões pagas por estes sistemas, independentemente do fundamento da sua atribuição e do seu valor.

Esta medida, a ser aprovada, provocaria a redução permanente do valor de todas as pensões já atribuídas e em pagamento, no momento da entrada em vigor da lei, bem como de todas as que vierem a ser atribuídas no futuro.

De recordar ainda que uma percentagem substancial das pensões já atribuídas e em pagamento, bem como todas as pensões a atribuir no futuro, sobre as quais incidiria esta nova contribuição, têm já o seu valor reduzido pela aplicação do fator de sustentabilidade criado em 2007, cujo valor foi este ano substancialmente agravado pelas alterações operadas no regime de cálculo das pensões e

que passou a determinar, também, o progressivo aumento da idade de acesso à pensão de velhice e de aposentação. Esta proposta de lei impõe, assim, uma dupla contribuição de sustentabilidade.

Cálculo da Contribuição de Sustentabilidade

a) 2% sobre a totalidade das pensões de valor mensal até € 2.000;

b) 2% sobre o valor de € 2000 e 5,5% sobre o remanescente das pensões de valor mensal até € 3.500;

c) 3,5% sobre a totalidade das pensões de valor mensal superior a € 3.500.

As taxas fixadas – entre 2% e 3,5% - são ligeiramente mais baixas do que as aplicadas atualmente a título da CES, mas isso não pode ser considerado uma vantagem. Não se pode comparar uma contribuição de carácter extraordinário com uma que onera a título definitivo e exclusivo um grupo social determinado – os pensionistas, reformados e aposentados, que beneficiam de pensões pagas por sistemas públicos de proteção social.

A Proposta de Lei determina que nos casos em que da aplicação da contribuição resulte uma pensão mensal total líquida inferior a € 1000, o valor da pensão é completado pela atribuição de uma compensação a cargo da segurança social ou da CGA, ou de um complemento social quando se tratar de pensões mínimas do regime geral de segurança social.

Este esquema de atribuição de uma compensação não se entende. Se uma pensão tem um valor inferior a € 1000, para quê aplicar a contribuição e depois devolver o valor a título de compensação? Parece uma operação desnecessária... exceto se a intenção subjacente for outra, como, por exemplo, não isentar totalmente estas pensões da contribuição ou retirar a uma parte da pensão o seu carácter de prestação integrada no sistema contributivo.

Atualização das pensões

Além de enumerar os vários indicadores que serão tidos em conta nas regras de atualização anual das pensões, a proposta determina que não haja lugar a reduções nominais no valor das pensões, prevendo-se a manutenção desse valor nos anos em que a aplicação dos critérios legais resulte numa atualização negativa e que a compensação do montante não deduzido seja feita nos anos em que se verifique aumento do valor das pensões. De qualquer forma, a aplicação do mecanismo poderá implicar que não haja atualizações durante vários anos, tudo dependendo da forma concreta que vier a assumir.

Aumento da TSU

Outra das medidas incluídas nesta Proposta de Lei, alegadamente destinada a contribuir

para a garantia da sustentabilidade dos sistemas públicos de pensões, é o aumento da Taxa Social Única que passa dos atuais 11% para 11,2%. Independentemente da sua dimensão, é um aumento injusto. Onera apenas os trabalhadores deixando inalterada a parte da responsabilidade das entidades patronais.

Aumento do IVA

Ao preconizar o aumento do IVA, com o proclamado intuito de aumentar as receitas para o sistema de proteção social, o governo não faz do que responsabilizar os aposentados pelo aumento do custo de vida. Ou então, se não é essa a intenção, o governo entrou já numa fase de visível desorientação e os quadros legais começam a servir para incluir tudo, mesmo que sejam matérias estranhas umas às outras, convergindo apenas num objetivo: empobrecer quem vive do rendimento do seu trabalho ou das suas pensões, insaciável no saque que lhes vem dirigindo. É inaceitável e ilegítima esta forma de governar.

Conclusão

Esta proposta de lei é pois, no nosso entender, uma proposta que não contribui para uma redistribuição mais equitativa dos encargos do sistema, não proporciona uma reforma abrangente dos sistemas públicos de pensões e que vai agravar a situação, já insustentável, de muitos reformados e pensionistas.

Mais, esta proposta de lei contém um conjunto de medidas que aponta claramente para o prosseguimento das políticas de austeridade, com o contínuo esmagamento dos rendimentos das pessoas e das famílias, escudando-se na alegada pretensão de assegurar a sustentabilidade dos sistemas públicos de segurança social, através da redução de direitos dos trabalhadores e dos pensionistas. O que, na verdade, também acontece é que, com o prosseguimento desta política, o governo está a abrir espaço para a privatização da Segurança Social, um objetivo que não está explícito nas medidas que têm vindo a ser tomadas, mas que decorre, também, do texto de guião sobre a reforma do estado que foi apresentado pelo Senhor vice Primeiro-ministro.

Pelo acima exposto, a FENPROF reafirma que a presente Proposta de Lei é inaceitável e injusta, apelando aos Senhor/as Deputados/as que rejeitem a sua aprovação, impedindo os evidentes malefícios que ela prepara e que atingiriam, mais uma vez, largas camadas da população, incluindo os trabalhadores que representamos: professores, educadores e investigadores. ●

Lisboa, 3 de julho de 2014
O Secretariado Nacional da FENPROF





O EPE e a investida drone

Longe vão os tempos em que, para o Ensino Português no Estrangeiro, eram nomeados coordenadores para esta modalidade especial de ensino, através de processos devidamente previstos na lei, como é o caso do convite à manifestação de interesse para o exercício de funções de coordenador do ensino português no estrangeiro. Corria o ano de 2010 e o verão era promissor!

CARLOS PATO (Membro do SN da FENPROF)

Quatro anos decorreram e grandes alterações se produziram. A alteração de 31 de agosto de 2010, saudada pelo Sindicato dos Professores no Estrangeiro como necessária, criou legítimas expectativas nos professores a trabalhar no EPE e permitiu uma lufada de ar fresco.

Os professores criaram expectativas positivas, acreditaram e empenharam-se no desempenho das suas funções, com profissionalismo, com lealdade... e ousaram sonhar! Sim, sonhar, porque a realidade é outra. Certamente, de olhos abertos, sonharam que lhes seria reconhecido o valor do seu trabalho, que lhes seria garantido o sustento digno das suas vidas.

Terão colocado a fasquia um pouco elevada, já que, salvo raras exceções, aquilo a que se assiste é ao desmoronar de todos os sonhos, é ao ceticismo, à descrença, às incertezas quanto ao futuro.

Somos, diariamente, confrontados com um extremar de posições, de tomadas de decisões unilaterais e atentatórias, por vezes, dos mais elementares direitos dos professores. Parece ser o professor o principal alvo a abater. Aqui poderemos introduzir a figura do drone!

Esta tecnologia foi preparada para resistir a trabalhos "pesados" e a ambientes "hostis"! Sobre os trabalhos pesados e os ditos ambientes hostis muito haveria a dizer, questionar se eles realmente existem ou se são cenários criados pelos gabinetes em Lisboa que, com controle remoto os vão "guiando" para a prossecução dos seus objetivos.

Por um simples exercício de entendimento e para amenizar o assunto podemos mesmo associá-los a "brinquedos" de controle remoto. E o conceito é simples: com o controle via internet ou outra tecnologia, logo remota, o drone pode ser manobrado sem necessidade de comprometimento do seu "operador". Para se ser drone é necessária toda uma preparação para o desempenho de tarefas "arriscadas", tais como, colocar o professor na primeira linha de ataque e, porque não, proceder à sua eliminação...? basta cumprir as ordens enviadas por quem tem o controle remoto na mão.

Após a tomada da decisão, o drone realiza a sua missão de uma forma tão eficaz que mostra mesmo que valeu a pena o investimento efetuado na escolha e na decisão da sua manutenção. Os custos, embora elevados satisfazem na plenitude os objetivos para a sua criação.

Mesmo que, por vezes, seja necessária a sua substituição por outro, as perdas não são tão significativas e um novo "aparelho" aparece para ocupar o lugar deixado vago.

O que perdura são os danos colaterais causados. É que eles são máquinas programadas para a destruição, e se uma ordem for mal dada, a sua execução faz correr riscos. Não para o veículo mas sim para o alvo! Mas os efeitos serão minimizados com as mais díspares desculpas de ordem económica. Por este facto, a perda de um professor atingido por um drone não representa qualquer custo acrescido mas sim o enaltecimento do trabalho realizado pela "máquina", que abateu mais um alvo reduzindo encargos. Assim sendo, vale a pena investir em drones. Fazem o trabalho que lhes é encomendado, de forma cruel e eficaz e a sua atividade perdura e rentabiliza-se para outras "missões" enquanto houver alvos a abater!

Quando os alvos acabarem e já não houver nada para abater serão recolhidos e abandonados no esquecimento, encarcerados nas memórias dos seus "mentores" que experimentarão uma sensação doce de uma tarefa cumprida em nome de uma gestão irrepreensível de efetivos, ou melhor, de recursos considerados obsoletos!

Mudam-se os tempos e mudam-se as vontades. O Ensino Português no Estrangeiro está moribundo. Não por falta de esforço e empenhamento dos professores e da comunidade imigrante que, mesmo tendo reagido de forma elevada aos primeiros bombardeamentos convencionais efetuados através das propinas, nunca pensou que as novas tecnologias se virassem contra eles. O bom uso destes "aparelhos" deveria traduzir-se por um trabalho de equipa, por uma atitude de cooperação, de identidade, de divulgação da língua e da cultura portuguesas. Mas não! O EPE acabará por sucumbir vítima do "fogo amigo" que as tecnologias permitem e os dirigentes usam a bel-prazer na prossecução de uma política de terra queimada. Nunca a máquina substituiu o Homem, pode ser-lhe útil, facilitar o seu trabalho, mas jamais o tornou indispensável.

Memórias...

Poucos anos serão contados até que se assista ao fim deste sistema especial de ensino. Das memórias constarão as boas vontades, o reconhecimento de todos os pais e mães que, estoicamente, resistiram a todas as ofensivas desta tutela impiedosa.

Constarão ainda o esforço e a dedicação dos profissionais de educação que, além de professores foram amigos, orientadores e educadores que transmitiram os valores de uma sociedade que se quer justa e igualitária baseada nos mais sãos conceitos de civildade.

Os alunos, essa juventude pujante de vida, interrogar-se-ão ao percorrer os escombros que restaram das últimas ofensivas tutelares, quanto às causas de toda esta sanha des-

truidora! Sentirão as suas consequências!

Mas tudo isto poderá sobreviver a um clima de "guerra fria" que tudo subjuga aos interesses económicos? Todas estas vertentes não produzem efeito imediato. Os drones lançam engenhos com retardador, que não destroem no imediato, pois isso era visível. Melhor é ficar a corroer as bases do edifício para que este não se desmorone imediatamente.

Os professores, esses, formarão fileiras com as suas famílias e irão calcorrear os

passeios, as ruas que levam aos centros de emprego na ânsia de encontrar um subsídio minguido que lhes permita sobreviver, já que, habituados a isso estão eles, com os salários miseráveis que lhes são pagos.

Perguntar não ofende...

Será assim tão difícil deixar viver as pessoas em paz? Será assim tão difícil permitir às pessoas a manutenção dos seus postos de trabalho? Será assim tão oneroso para o

erário viabilizar cursos onde os alunos estão com prazer a colher as informações de um país com séculos de história e cultura, com tradições que lhes proporcionam tanta alegria quando delas tomam conhecimento? Será assim tão custoso conviver com as realidades da diáspora ou o vocábulo só pode ser usado em discursos demagógicos?

Tantas perguntas sem resposta. Docentes que somos, habituados ao mundo dos porquês, interrogamo-nos: "porquê?"

10 milhões a menos no MNE Mais desemprego no ensino português no estrangeiro

O desinvestimento na educação do Governo português leva a cortes nos orçamentos dos ministérios. 10 milhões a menos no Ministério dos Negócios Estrangeiros leva Instituto Camões a cessação de comissões de serviço e consequentes despedimentos.

No contexto de uma reunião solicitada pelo SPE/FENPROF era algo que o Sindicato dos Professores no Estrangeiro temia desde novembro de 2013. Após uma intervenção do SPE junto da Senhora Presidente do CICL ficou acordado que uma medida idêntica à tomada em novembro de 2012, que mandou para o desemprego 49 professores, não seria tomada, mas que os sacrifícios seriam muitos e o adiamento teria de ser regularizado na reformulação da rede para o ano 2014/2015.

E ela chegou. Chegou no momento em que os professores se preparavam para gozar as suas merecidas férias de verão. Chegou quando já não era possível ultrapassar o facto de faltarem 10 milhões de euros no orçamento do CICL.

Foram extintos 37 horários que ficaram vagos pelas mais diversas razões e foram cessadas onze comissões de serviço. Para uns será o regresso aos locais de origem, mas para outros, mais grave, o lançamento no desemprego. Por país, o Luxemburgo foi o mais sacrificado perdendo cinco professores;

a Alemanha com dois; o Reino Unido com um... Mais do que uma listagem das baixas é o lado humano e o desgaste provocado nos profissionais de ensino no EPE. Continuamos a focar-nos na falta de uma verdadeira política de divulgação da língua e cultura portuguesas. Os portugueses na diáspora cada vez se sentem mais isolados deste país que tanto lhes deve, mas que pouco faz para os valorizar. É mais um corte substancial nos laços que deviam unir os imigrantes e lusodescendentes a Portugal. A lógica economicista deste governo tudo trucidava sacrificando os mais legítimos anseios dos trabalhadores da educação e dos corajosos encarregados de educação que estoicamente resistem às sistemáticas investidas contra este sistema especial de educação que, tudo leva a crer terá os dias contados a breve trecho.

Professores... até quando?

Para os cerca de 45 mil alunos que ainda estão no universo do EPE é mais um ano que se iniciará com os professores sobreviventes após esta depuração. Mas não saberão se estes os acompanharão até ao final do seu percurso escolar e, considerando os diversos



níveis de proficiência, não podemos afirmar que atingirão o final.

Os professores serão sempre o elo mais fraco e, tal como em Portugal, também no estrangeiro a precariedade é o fantasma que todos os dias acompanha o professor, como uma sombra sinistra que lhe acena a porta de saída para o desemprego e para um futuro de incertezas.

O Ensino Português no Estrangeiro está mal, muito mal. Vamos aguardar e apelar para o espírito de sacrifício e abnegação dos professores a trabalhar por esses países no sentido de não se deixarem vencer pelo desespero e procurarem dar uma resposta positiva a quem procura por todos os meios fragilizá-los com medidas dissuasoras que lançam o desânimo nos já poucos resistentes.

O SPE/FENPROF tudo tem feito e fará para preservar os professores restantes no EPE, no sentido de manter até ao limite das suas forças, a presença destes profissionais dedicados, no ativo e com a mesma determinação para ensinar a língua e a cultura portuguesas.



Encontro de Reflexão

Um ano de metas curriculares: resultados, mitos e desafios

SOFIA CANHA (Membro do SN da FENPROF)

As metas curriculares, na sua versão definitiva foram

publicadas pelo Ministério da Educação e Ciência em agosto de 2012. Passado um ano da sua implementação, o Sindicato dos Profes-



sores da Madeira convidou uma investigadora e professora auxiliar na área da Psicologia da Educação da Universidade de Lisboa, Maria Dulce Gonçalves, e o Secretário Geral da FENPROF, Mário Nogueira, para um encontro de reflexão em torno das Metas Curriculares, com o objetivo de refletir sobre a racionalidade subjacente às metas curriculares e sobre os desafios que se colocam no contexto da sua operacionalização.

A Professora Maria Dulce Gonçalves, que nos últimos três anos tem coordenado o projeto Investigação das Dificuldades para a Evolução da Aprendizagem (IDEA) da Universidade de Lisboa, colocou a tónica da sua abordagem nos mitos que se constroem à volta das metas e das dificuldades de aprendizagem.

Tal como o Ministério da Educação e Ciência definiu na legislação os mínimos obrigatórios em termos de metas curriculares para a leitura no 1º ciclo do ensino básico, os resultados da investigação levada a cabo pelo projeto IDEA, demonstram que esses mínimos são inalcançáveis pois baseiam-se em referenciais demasiado exigentes para o nível etário a que se destinam. Muito poucos alunos os atingem e exigir que as crianças cumpram essas metas irrealistas não lhes traz vantagens em termos de aprendizagem.

As metas assim concebidas fundamentam-se no mito da homogeneidade das turmas e grupos, no mito de que só alguns têm dificuldades, de que com um bom professor nunca há dificuldades e o mito de que com intransigência e rigor os alunos aprendem sempre. Em resposta a esta fundamentação, as conclusões da investigação na velocidade da leitura, por exemplo, demonstraram que o ensino privado e o público apresentam resultados idênticos. Ou seja, independentemente dos contextos e das variáveis em que se desenrolam as aprendizagens, a concretização das metas ficou muito aquém.

Partindo do pressuposto de que são as dificuldades sentidas pelos alunos o motor das aprendizagens, a investigadora garante que com mecanismos de monitorização e auto-regulação é possível evoluir e melhorar. Acrescenta, porém, que essa evolução não acontece sem o apoio devido e sem os recursos humanos necessários.

Na opinião de Mário Nogueira, as metas destinam-se à normalização das aprendizagens, quando os contextos são distintos. Estamos num processo de medição em que quem não cumpre, não cabe, passa ao lado e é colocado à margem, em vias profissionalizantes. Há pois um objetivo claro com a criação das metas curriculares no ensino básico que obedece a um quadro ideológico traçado pelo MEC, visando a seleção, a desqualificação e a segregação.

Isto é, as metas, tal como estão definidas, são um instrumento ao serviço de uma política educativa injusta, desumana e pouco solidária. ●

Iniciativa da CM de Stª Cruz

A Escola Pública, tal como o país, não resiste a mais agressões

O Secretário Geral da FENPROF, Mário Nogueira participou no dia 4 de julho, no 1º Encontro de Educação «Juntos pela Escola Pública», promovido pelo Município de Santa Cruz, na Região Autónoma da Madeira. O edil decidiu dar corpo ao repto lançado por um conjunto de subscritores, que juntamente com a FENPROF fizeram um apelo em defesa da Escola Pública de qualidade.

Mário Nogueira foi perentório em afirmar que a Escola Pública é melhor. E justificou dizendo que é melhor porque promove um ensino de qualidade, porque se organiza para garantir uma efetiva igualdade de oportunidades, porque se esforça para ser inclusiva e tudo isto num contexto democrático em que as portas estão abertas a todos, sem distinguir condição económica, social, cultural ou qualquer outra.

Lembrou que à Escola Pública se deve uma extraordinária obra nos últimos 40 anos contando com êxitos como:

- A quase erradicação do analfabetismo;
- A universalização da oferta de educação pré-escolar;
- A capacidade muito positiva de organização e funcionamento que permitiu dar resposta a sucessivos e muito importantes alargamentos da escolaridade obrigatória;
- A capacidade de criar espaços de integração onde todos puderam estar e que agora se deverão tornar de inclusão, para que todos possam aprender;
- Uma redução, ainda insuficiente, é certo, mas ainda assim significativa de abandono e insucesso escolar;
- A possibilidade de milhares de jovens, filhos e filhas de trabalhadores, terem conseguido chegar ao ensino superior, aí obtendo elevadas qualificações;

A questão não está na existência de ensino privado e na possibilidade de escolha por parte dos pais. Esse é um direito que deverão poder exercer, mas, havendo oferta educativa pública de qualidade, deverão os que optam por outra solução assumir, também financeiramente, a sua escolha. A todos os outros meninos e jovens, aqueles que, pelas mais variadas razões (condição financeira, localização geográfica ou simples opção da família) permanecerão na Escola Pública, e esses serão sempre a maioria, não pode ser proporcionado um ensino de menor categoria. Daí que o Estado, a todos, esteja obrigado a oferecer, promovendo, o acesso a um ensino e uma educação de elevada qualidade, bem como, em nome do princípio constitucional da igualdade de oportunidades, condições de sucesso escolar e educativo. ●



Dia Mundial do Professor 5 de Outubro de 2014

UNIDOS POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
uma educação melhor para um mundo melhor

Para assinalar o fim desta fase da campanha **Unidos por uma Educação de Qualidade** da Internacional da Educação faça com que este seja o Dia Mundial dos Professores mais especial de sempre!

Celebre o ensino e a aprendizagem com os 30 milhões de colegas presentes em todo o mundo que oferecem todos os dias uma educação de qualidade!

Mostre ao mundo que se orgulha de oferecer uma educação de qualidade a crianças, jovens e adultos!

Junte-se aos seus colegas na sua escola ou organização local ou nacional para assinalar o 20.º Dia Mundial dos Professores!

Uma educação de qualidade para todos é fundamental para a prosperidade económica sustentável e uma sociedade justa e equitativa.

A educação de qualidade ajuda as pessoas a alcançar o seu potencial máximo!

No dia 5 de Outubro ao meio-dia

As mensagens recebidas entre 3 e 7 de Outubro serão incluídas!

diga ao Secretário-Geral das NU,
Ban Ki Moon,
que apoia:



- a Educação de Qualidade para Todos
- a educação como Objectivo de Desenvolvimento pós 2015
- a campanha mundial de escolarização de raparigas

Por e-mail
para wtd@ei-ie.org

Eu,, apoio a Educação de Qualidade para Todos, a educação como Objectivo de Desenvolvimento pós 2015 e a campanha mundial de escolarização de raparigas.

ou mensagem de texto
para +32-473-535735

Eu apoio a Educação de Qualidade para Todos.

ou tweet
Con el hashtag #unite4ed

Apoio a Educação de Qualidade para Todos, educação como Objectivo de Desenvolvimento

OCDE: Professores à lupa

ANTÔNIO BALDAIA (Membro do CN da FENPROF)



Inquérito promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) mostra que os professores gostam do que fazem, apesar de considerarem que não são apoiados pela instituição escolar e sentirem que a profissão é desvalorizada pela sociedade.

O *Teaching and Learning International Survey (TALIS)* recolhe dados sobre o ambiente e as condições de trabalho dos professores em escolas públicas e privadas.

De acordo com as respostas ao TALIS 2013, mais de 90% dos professores estão satisfeitos com o seu trabalho e perto de 80% voltariam a escolher a profissão, ainda que apenas 31% acreditem que a docência é socialmente bem vista. Foram inquiridos docentes do 3º Ciclo do Ensino Básico (ou equivalente) e diretores de estabelecimento de 34 países/territórios da OCDE, ou parceiros; responderam

cerca de 106 mil professores, representando cerca de quatro milhões – numa profissão predominantemente feminizada (68%) e com média etária de 43 anos, o professor-tipo possui formação superior (91%), exerce há 16 anos, geralmente a tempo inteiro (82%) e tem contrato permanente (83%).

Em média, os professores cumprem 19 horas de aulas por semana, mas em metade dos países/territórios, um em cada quatro declara gastar 30% do tempo a gerir interrupções e tarefas administrativas. Num horário de 38 horas semanais, em média, 7h são dedicadas à preparação das aulas, 5h a correções e 2h a tarefas burocráticas e atendimento a encarregados de educação.

Relativamente à formação contínua, 88% declaram ter frequentado cursos/ações no ano anterior – os resultados mostram que a frequência é maior nos países onde há mais apoio financeiro. Alunos com necessidades educativas especiais (22%) e tecnologias de informação e comunicação (19%) são os domínios em que os professores sentem mais necessidade de formação.

Avaliação

Quanto à avaliação, cerca de metade consideram que, na maior parte dos casos, não passa de mero exercício administrativo e 43% pensam que não tem a ver com o modo de

ensinar. Ainda assim, 31% consideram que um colega sistematicamente avaliado como pouco competente deveria ser despedido.

O inquérito põe em causa alguns estereótipos ligados à profissão. Por exemplo, o grau de satisfação profissional depende mais do comportamento dos alunos do que do seu número por turma (24 é a média); por outro lado, a maioria dos professores consideram construtivos os feedbacks sobre o seu trabalho e as avaliações – em média, 62% indicam que o feedback recebido conduz a melhorias na prática pedagógica. Neste aspeto, mais de metade dos respondentes declaram trabalhar em equipa muito raramente ou nunca, e apenas um terço acompanha o trabalho dos colegas.

Pesquisa da IE

A Internacional da Educação (IE) está, também, a realizar uma pesquisa, a nível mundial, sobre as condições de ensino e aprendizagem.

Numa altura em que os representantes dos países na Organização das Nações Unidas “estão a decidir o futuro da educação”, a maior federação mundial de sindicatos da educação (representa trinta milhões de professores e outros trabalhadores) considera que “não há nenhum esforço sério para compreender o que está a ocorrer nas escolas e universidades”.

Como refere o secretário-geral, Fred van Leeuwen, a IE quer “conhecer as recomendações dos docentes e demais trabalhadores do setor para melhorar a qualidade da Educação”. Esta pesquisa é, pois, uma oportunidade única para que as organizações afiliadas à IE partilhem as suas experiências: “queremos que, assim, o mundo conheça a realidade das nossas salas de aula”.

O inquérito pode ser preenchido online (<http://efa-ept.ei-ie.org>) até 31 de julho.

O relatório final será entregue ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, durante o Dia de Ação Mundial pela Educação de Qualidade, que a IE vai promover em outubro próximo. ●

PORTUGAL vs MÉDIA TALIS

Perfil: mulher, com formação específica/qualificação profissional, 45 anos de idade, 19 anos de serviço. Necessidades de formação: lecionação a alunos com NEE e em ambiente multicultural ou multilingue.



- Percentagem a manifestar satisfação com a profissão [94.1% | 91.1%]
- Percentagem de professoras [73.2% | 68.1%]
- Idade média [44.7 | 42.9]
- Anos de exercício da profissão [19.4 | 16.2]
- Horas semanais de lecionação [21 | 19.3]
- Horas semanais de planificação/preparação de aulas [9 | 7.1]
- Horas semanais de correção/avaliação de trabalhos [10 | 5]
- Tempo a manter a disciplina na sala de aula [15.7% | 12.7%]



- Percentagem a considerar que a profissão é valorizada pela sociedade [10.5% | 30.9%]
- Proporção de diretoras [39.4% | 49.4%]
- Percentagem a ter realizado formação contínua [35.5% | 48.6%]
- Percentagem a afirmar que o feedback recebido levou à melhoria da prática letiva [48.9% | 62%]
- Percentagem a ter aulas observadas [92.6% | 94.9%]
- Tempo de aula em efetiva atividade de ensino/aprendizagem [75.8% | 78.7%]

CGTP-IN solidária com o povo da Palestina

A CGTP-IN condena a agressão do governo Israelita à população de Gaza, com brutais bombardeamentos que causaram, até à data, quase uma centena de mortos e um número indeterminado de feridos entre a população indefesa, nomeadamente crianças.

A violência, a crueldade e a morte intensificaram-se em nome de um dito direito de “retaliação”. Do que na verdade se trata, é de hediondos crimes de guerra levados a cabo por uma potência ocupante, destaca a Central em nota de imprensa divulgada há dias em Lisboa. Referindo que os trabalhadores e o povo palestino vivem há mais de 60 anos sob a ocupação e a agressão do estado israelita, cuja política sionista desenvolve brutais agressões, chantagem, bloqueios e crimes contra o povo palestino, na Cisjordânia e em Gaza, a CGTP-IN alerta: “Esta nova brutal ofensiva armada israelita sobre Gaza, constitui um verdadeiro massacre de civis indefesos, que nada pode justificar. Israel só tem podido agir desta forma, em total violação das normas do direito internacional, devido ao apoio económico, diplomático e militar concedido pelos EUA, por vários países europeus e pela NATO.”

“Em toda a Palestina e em consequência da ocupação e das constantes agressões, a atividade económica tem sido profundamente afectada”.

A situação do trabalho e do emprego na Cisjordânia e em Gaza é deveras preocupante, sublinha a CGTP.

“A construção do muro e o aumento da construção dos colonatos e de estradas separadas e todas as brutais limitações à circulação dos cidadãos palestinos, através dos *checkpoints*, limitam toda a circulação dos palestinos afetando, em primeiro lugar, os seus trabalhadores”, observa a Inter.

Face à dramática situação dos trabalhadores e do povo palestino, a CGTP-IN expressa ao conjunto do movimento sindical palestino e particularmente às organizações sindicais em Gaza, a sua profunda solidariedade, neste difícil momento de

resistência e da luta contra a brutal agressão das autoridades de Telavive.

Para a Central unitária portuguesa é preciso pôr termo à impunidade de Israel e responsabilizar os governos nacionais, a União Europeia e as instâncias internacionais pela cumplicidade que vêm demonstrando perante o terrorismo de estado, a violação dos direitos humanos e a barbárie.

Ano Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino

“É urgente pôr fim a esta nova agressão, ao bloqueio e à ocupação, há que desmantelar os colonatos e muro de separação, há que libertar todos os presos políticos palestinos, há que promover o regresso dos Palestinos no exílio; há que reconhe-



cer a nível das Nações Unidas um estado Palestino com capital em Jerusalém”, salienta a nota emitida pela Intersindical Nacional, que lembra ainda:

“Tendo 2014 sido decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o “Ano Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino” é necessário, de uma vez por todas, fazer cumprir as centenas de resoluções da ONU condenando Israel, exigindo o reconhecimento da existência de dois estados e propondo a resolução pacífica do conflito”.

A gravidade da situação exige a aplicação imediata de verdadeiras soluções de Paz duradoura para a Palestina e para o Médio Oriente, que ponham termo às ocupações, agressões e ingerências imperialistas na Região, conclui a nota solidária da CGTP-IN. | JPO ●



MANUELA MENDONÇA (Membro do SN da FENPROF)

De 10 a 12 de abril realizou-se, em Nápoles, o 3º congresso da 'Federazione Lavoratori della Conoscenza', FLC CGIL. Um congresso vivo e combativo, que contou com a presença de várias delegações estrangeiras, que participaram numa das secções do congresso sobre atividade internacional.

Para que os convidados compreendessem o significado do debate que ia ter lugar no congresso, um dos membros do Departamento das Relações Internacionais da FLC CGIL, Pino Patroncini, promoveu uma sessão de trabalho, onde apresentou brevemente algumas das principais preocupações dos docentes e investigadores italianos, que a seguir se transcrevem, na primeira pessoa:

"Entre 2008 e 2011, o governo de Berlusconi cortou 140.000 postos de trabalho (90.000 professores e 50.000 funcionários das escolas, num universo total de 900.000 professores e funcionários). Estes cortes tiveram consequências na escola primária (mais ensino expositivo, menos trabalho a tempo inteiro, extinção de pequenos grupos de nível) e no ensino secundário (redução de 8 a 2 horas / semana, de acordo com as diferentes turmas ou tipos de escola). Depois de Berlusconi, houve três novos governos (Monti-Letta-Renzi), mas nenhum deles se propôs recuperar esses postos de trabalho!

Nos últimos dois anos, a idade da reforma praticamente passou dos 60 para os 67 anos de idade, com consequências ao nível

do desemprego no setor educativo e da renovação da força de trabalho (a média de idade dos professores italianos é já a mais alta na Europa!)

Há mais de 100.000 professores e funcionários a trabalhar nas escolas italianas com contratos temporários, sem qualquer perspectiva de recrutamento regular e de trabalho contínuo. O trabalho temporário é um problema que afeta também as universidades e os centros de investigação.

Neste momento, o governo fala em reduzir o fim da escola secundária para os 18 anos (agora termina aos 19). Uma tal decisão representará menos cerca de 40.000 postos de trabalho. E onde incidirão esses cortes? No ensino secundário, com um ano escolar a menos? Na educação de infância, com a antecipação da escola primária dos 6 para os 5 anos de idade? Ou na escola primária, tornando obrigatório o último ano do jardim de infância?

Na universidade, temos um baixo nível de frequência: 60% dos alunos que terminam o ensino secundário ingressam no superior, mas efectivamente isso representa apenas 42% dos jovens desse nível etário, devido ao elevado abandono escolar registado no ensino médio (cerca de 20%). E o número de matrículas tem ainda diminuído mais por causa da crise. Desta forma a Itália estará condenada a manter-se no patamar de 20% de licenciados entre os jovens (contra os 40% pretendidos pela UE)

Os salários estão congelados desde 2008, por duas razões: por um lado, porque desde essa data que não se regista qualquer processo negocial; por outro lado, porque também foi bloqueada a progressão automática por antiguidade. Recentemente uma lei veio extender alargar esta medida até 2020! E as preocupações do novo ministro da Educação parecem ser só o financiamento das escolas privadas (apenas 7% dos alunos em Itália!) e o pagamento futuro dos professores do ensino público em função da sua avaliação do desempenho!

Por último, mas não menos importante: a última avaliação do PISA mostra que os alunos das escolas do norte da Itália estão no mesmo nível da Holanda, enquanto que os alunos das escolas do sul estão no nível do México. Cerca de 100 pontos dividem a melhor região do norte e a pior região do sul, um enorme fosso, bem maior do que em Espanha (60 pontos) e no Reino Unido (30 pontos).

O debate no congresso procura encontrar saídas para estes problemas, à luz das políticas defendidas pela federação (FLC) e pela confederação (CGIL). O processo de resistência aos cortes e aos congelamentos salariais contou com um forte período de luta em 2008-2009, com milhões de professores, funcionários das escolas, alunos e pais nas ruas. Mas nos últimos dois anos as grandes acções de massas tornaram-se mais difíceis, também devido a crescentes divergências entre as principais organizações sindicais quanto aos objetivos da luta a travar. Como consequência realizaram-se menos acções unitárias, e muitas vezes a FLC CGIL ficou sozinha na luta. Neste contexto, intensificaram-se os ataques aos direitos sindicais e a consequente necessidade de lhes responder.

Neste contexto, as questões que se nos colocam são: resignação ou mobilização para a luta? Involução ou aspiração a uma nova escola aberta? Manter as metas altas ou aceitar a regressão?

Neste congresso, falamos sobre negociação, do aumento da escolaridade obrigatória dos 16 para os 18 anos de idade, da generalização dos jardins de infância públicos (agora 30% são privados), da recuperação de todos os postos de trabalho, de um novo projeto para o recrutamento dos professores, de mais meios para a escola, especialmente no sul da Itália, etc, e vamos desenvolver um forte plano de acção e de luta em torno destas questões, a começar pela negociação, até à greve geral nacional, se tal for necessário, tal como afirmou o nosso secretário-geral!

Somos chamados a resistir e a travar uma luta muito dura, mas isso não nos intimida. E continuaremos a intervir a vários níveis. Nós sabemos que a vocação do nosso sindicato não é corporativa: é pela reforma democrática da escola, pela inovação contínua na educação, pelos alunos e por toda a sociedade!"

11, 12 e 13 de setembro XII Congresso da Sociedade de Ciências da Educação



Está marcado para os dias **11, 12 e 13 de setembro**, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), o XII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE), subordinado ao tema "As Ciências da Educação: Espaços de investigação, reflexão e ação interdisciplinar".

A SPCE está aberta a todas as pessoas com funções educativas, formativas e de pesquisa que, em diferentes situações e atividades, contribuem para afirmar a importância das Ciências da Educação como campo de produção e de difusão de conhecimento, de reflexão e de intervenção.

Este congresso pretende ser um espaço de interação crítica em torno de diferentes objetos de estudo, de análise de problemas, dilemas e desafios que se colocam à Educação. informações, consultar o sítio da SPCE

www.spce.org.pt/



31 de outubro Noite do Professor 2014

Já estão abertas as inscrições para a *Noite do Professor 2014*, agendada para **31 de outubro**, no Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa, das 18h00 às 23h00. Esta 5.ª edição de uma noite inteiramente dedicada a educadores e professores é um momento privilegiado de convívio e de contacto direto com a oferta educativa do Pavilhão do Conhecimento - Ciência Viva.

A entrada é gratuita. Durante o evento, os docentes vão poder conhecer toda a programação para o próximo ano escolar e os projetos de educação para as ciências, participar em algumas das atividades previstas para os seus alunos e visitar as exposições interativas.

Vai ainda ser possível conhecer em primeira mão a nova exposição do Pavilhão do Conhecimento dedicada ao bem-estar mental, que pretende dissipar preconceitos em torno deste tema e despertar a atenção para a importância da saúde mental na nossa

Clube de Amigos do Teatro Municipal Joaquim Benite



O Clube de Amigos do Teatro Municipal Joaquim Benite foi criado em maio de 1988, aquando da inauguração do antigo Teatro Municipal. Formou-se na sequência e através da adaptação a Almada da anterior Associação de Espetadores do Grupo de Campolide, que financiou em 1977 a profissionalização do grupo no Teatro da Trindade, uma vez que, nessa altura, não havia qualquer subsídio. A ligação intensa do Teatro à comunidade acentuou-se com a inauguração do novo TMJB e o Clube de Amigos, núcleo central dos espetadores, tem vindo a crescer de ano para ano, como sublinham os responsáveis do TMJB.

Os membros do Clube de Amigos têm várias regalias, a começar pela entrada livre nos espetáculos anualmente apresentados pela Companhia de Teatro de Almada (que promoveu recentemente o prestigiado Festival de Teatro, já na sua 31ª edição, homenageando este ano Luís Miguel Cintra) e beneficiar de condições especiais na assistência a espetáculos de produções acolhidas.

www.ctalmada.pt/clube_amigos.html

Para mais informações, consultar a página da DecoJovem, onde brevemente serão publicadas mais novidades sobre a campanha.

Contactos por e-mail: noitedosprofessores@cienciaviva.pt

www.pavconhecimento.pt/home/

Iniciativa da DECOJovem "Caça-Desperdícios de Energia".

A DECOJovem está a preparar uma campanha que deverá decorrer entre setembro de 2014 e janeiro de 2016, intitulada "Caça-Desperdícios de Energia".

Com equipas regionais destacadas para todo o país e o recurso a uma estratégia de comunicação criativa, a campanha irá desenvolver um conjunto de ações e produzir materiais informativos, começando por sensibilizar os consumidores para os consumos em modo stand-by e off-mode (também conhecidos como "consumos fantasma"), fazendo a associação com o filme "Caça-Fantasma".

Com esta campanha, a DECOJovem pretende:

- Informar e sensibilizar os alunos para o uso responsável e eficiente da energia elétrica;
- Mobilizar e motivar os alunos para a alteração de comportamentos no consumo eficiente de energia elétrica;
- Promover hábitos e atitudes de consumidores energeticamente eficientes.

Os Caça-Desperdícios de Energia também realizarão animações dirigidas aos alunos do ensino básico (2.º e 3.º ciclos) e ensino secundário. As animações em registo "stand-up comedy" serão uma paródia ao universo dos "Caça-Fantasma" – "A Caça ao Fantasma do Desperdício da Energia".

Para mais informações, consultar a página da DecoJovem, onde brevemente serão publicadas mais novidades sobre a campanha.

www.decojovem.pt



Ano letivo 2014/2015, Serviço educativo do Museu de História Natural e Ciência

Já se encontra disponível, para o ano letivo de 2014/2015, o programa do Serviço de Educação e Animação Cultural do Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUHNAC), que elegeu os diversos públicos escolares como seus alvos preferenciais.

O MUHNAC tem colaborado com famílias e escolas na tarefa de motivar os jovens para uma atitude de curiosidade orientada para a compreensão da ciência, com particular destaque para a descoberta da natureza e para a necessidade da sua proteção, através da iniciação ao método e de práticas de investigação.

Visitas personalizadas, visitas animadas, laboratórios experimentais, laboratórios pedagógicos, preparação de visitas de estudo, planetário, clubes, formação, festas, férias no museu, fazem parte do conjunto de itens que preenchem a vasta oferta do programa, disponível a partir da página do MUHNAC.

www.mnhnc.ulisboa.pt

De 1 a 10

Jazz em Agosto o outro lado do Jazz

A 31ª edição do Jazz em Agosto retoma a programação de dez concertos, um por dia, no palco do festival, o Anfiteatro ao Ar Livre da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.



Vernon Reid

Em 2014 sobressaem do programa um conjunto de guitarristas que forjaram marcas estilísticas no jazz contemporâneo, personalidades como James Blood Ulmer, Vernon Reid, Marc Ribot, Fred Frith, Marc Ducret, Keiji Haino, assim como relevantes instrumentistas do baixo elétrico na atualidade, Jamaaladeen Tacuma e Bill Laswell.

O jazz feito em Portugal é focado no projeto transeuropeu do guitarrista Luís Lopes, o seu Lisbon Berlin Trio e no Lisbon Underground Music Ensemble do compositor Marco Barroso que estreará um novo repertório.

Três músicos assumirão um maior protagonismo por surgirem em diversos projetos, a contrabaixista Joëlle Léandre, o guitarrista Fred Frith e o baterista Hamid Drake, para serem desfrutados nas suas entidades múltiplas e proporcionado uma estreia mundial na associação Léandre / Frith / Drake.

Esta multiplicidade também se ajusta ao encontro do saxofonista britânico Evan Parker e do pianista americano Matthew Shipp, ao projeto camerístico Real Thing #3 do guitarrista francês Marc Ducret e

ainda ao projeto intercontinental Big Rain do trompetista austríaco Franz Hautzinger, enquanto se celebram os Blues, que estão na origem do jazz, no concerto inaugural e numa intensa personalização da Memphis Blood Blues Band de James Blood Ulmer.

A representação do jazz no panorama documental filmográfico estará mais uma vez presente no Jazz em Agosto 2014 em consonância com a sua programação. Assim serão exibidos The Soul of a Man de Wim Wenders, sobre os blues e os seus autores, The Breath Courses Through Us de Alan Roth colocando na História o New York Art Quartet e Amiri Baraka, Dancing to a Different Drummer, de Julian Benedikt, um fresco sobre o baterista Chico Hamilton, Bassecontinue de Christine Baudillon, uma fotografia áudio de Joëlle Léandre, Step Across The Border de Nicolas Humbert e Werner Penzel com música de Fred Frith e por último o registo em concerto no Jazz em Agosto 1985 do guitarrista norueguês Terje Rypdal com o seu trio The Chasers. Bem-vindos ao Jazz em Agosto 2014, o outro lado do jazz | **Rui Neves**, Diretor Artístico do Jazz em Agosto ●

➤ **INFO** www.musica.gulbenkian.pt



Casa da Música Concertos na Avenida em 5 e 6 de setembro

A Casa da Música assinala o fim do Verão na Casa com dois concertos festivos na Avenida dos Aliados. O ambiente de partilha e experimentação dominará o concerto da StopEstra!, enquanto a Orquestra Sinfónica celebrará as sonoridades do Oriente em mais um concerto oferecido à cidade, com direção musical de José Eduardo Gomes e obras de Mily Balakirev, Camille Saint-Saëns, Maurice Jarre, Aram Khatchaturian, Alan Menken e Alexander Borodin.

Espectáculos a **5 e 6 de setembro, às 21h30**, com entrada livre. ●



Comédias do Minho 10 anos a arregaçar as mangas...

Heroicamente, continua a sua caminhada a partir dos cinco municípios minhotos que a apoiam: Melgaço, Monção, Pares de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira.

A utopia aqui quer dizer arregaçar as mangas e... trabalhar, muitas vezes – aliás, a maior parte das vezes – em salas que nada têm a ver com as salas de espetáculo: nas coletividades, nas escolas, nas juntas de freguesia, nas associações...

No seu 10º aniversário estiveram no Teatro de S. João, no Porto, e no Teatro São Luiz, em Lisboa, numa programação que, além da representação teatral, incluiu exposição, documentário e lançamento de um livro.

Parabéns, **Comédias do Minho**. | JPO ●

➤ **INFO** www.comediasdominho.com

Peniche Fins de semana do artesanato

Decorrem as inscrições de artesãos dos mais variados ofícios para os fins de semana que, na cidade de Peniche, estão a ser dedicados à divulgação do artesanato, iniciativa do Município local. **9 e 10 de agosto** e **13 e 14 de setembro** são as próximas datas deste evento, que pretende também dinamizar o mercado municipal de Peniche. ●

➤ **INFO** www.cm-peniche.pt
e-mail: marisa.ferreira@cm-peniche.pt
telef. 262780100 ext 390



Prémio de Poesia António Gedeão (2014)

A FENPROF, em colaboração com a SECRE – Corretores de Seguros, criou um Prémio Literário destinado a Professores. O Prémio é anual, alternando entre poesia e ficção.

A primeira edição do Prémio de Poesia, designado Prémio de Poesia António Gedeão, ocorreu em 2012 e distinguiu uma obra publicada em 2011.

Em 2014, o Júri constituído por Paulo Sucena (em representação das entidades promotoras), José Manuel Mendes e Lídia Jorge (convidados daquelas entidades), distinguirá uma obra publicada no ano de 2013, tendo a FENPROF e a SECRE já solicitado as diversas editoras que, caso pretendam, apresentem obras por estas publicadas e que se enquadrem no âmbito do Regulamento.

As entidades promotoras receberão as propostas a concurso, nos prazos estabelecidos, devendo a mesma ser dirigida a FENPROF (Prémio de Poesia António Gedeão), Rua Fialho de Almeida, n.º 3, 1070-128 LISBOA, ou entregue nesta morada ou, ainda, nas moradas dos sindicatos da FENPROF referidos no ponto 5 do Regulamento do Prémio.



REGULAMENTO

1. O Prémio Literário António Gedeão, instituído pela Federação Nacional dos Professores (FENPROF), e patrocinado pela SECRE,

destina-se a galardoar uma obra de poesia em português e de autor português, publicada integralmente e em 1ª edição no ano 2013.

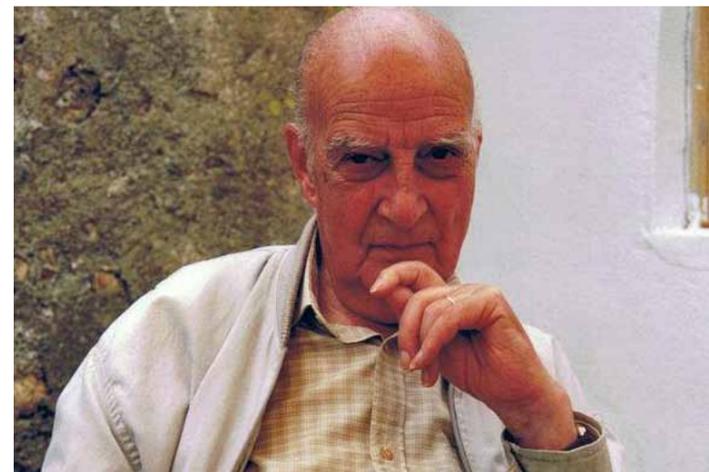
2. São admitidas a concurso apenas obras de professores no ativo ou aposentados, de qualquer grau da educação e do ensino, público ou privado, e também de docentes deslocados em outros serviços ou funções.

3. O valor deste prémio, a cujo concurso não são admitidas obras póstumas, é de € 7.500,00 (sete mil e quinhentos euros).

4. A divulgação deste regulamento é feita através dos meios de comunicação social e dos órgãos de informação da FENPROF e dos seus Sindicatos e entidades diretamente interessadas.

5. Os concorrentes deverão enviar pelo correio, ou entregar em mão, cinco exemplares na sede da FENPROF ou dos seus Sindicatos (Sindicato dos Professores do Norte, Sindicato dos Professores da Região Centro, Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Sindicato dos Professores da Zona Sul, Sindicato dos Professores da Madeira, Sindicato dos Professores da Região Açores e Sindicato dos Professores no Estrangeiro) até ao dia 25 de julho de 2014 (6ª feira).

6. O Secretariado Nacional da FENPROF designou para fazerem parte do Júri Paulo



Sucena, em sua representação, José Manuel Mendes e Lídia Jorge.

7. O Júri disporá de sessenta dias para deliberar, reunindo, nesse período de tempo, sempre que achar conveniente.

§ 1.º O Prémio será atribuído a um único livro e não ao conjunto da obra do seu autor. A deliberação é tomada por maioria simples, excluindo-se sempre a posição de abstenção e as possibilidades de atribuição ex aequo e de menções honrosas.

§ 2.º O Prémio não será atribuído se o Júri entender que nenhuma das obras em concurso o justifica.

§ 3.º O Júri produzirá uma ata, devidamente fundamentada, justificando a sua decisão cultural. ●



No coração do Ribatejo, a Casa dos Patudos, que foi residência do republicano José Relvas, hoje Museu de Alpiarça, assegura programas especiais de animação cultural e pedagógica, sobre coleções e exposições temporárias, destinadas à comunidade escolar.

Entretanto, o acervo documental, legado por Relvas, foi alvo de várias intervenções

À descoberta da Casa dos Patudos/ Museu de Alpiarça

parciais desde a década de 70 e motivou interesse da parte de investigadores da I República. O trabalho sistemático realizado desde abril de 2007, revelou a existência de importantes núcleos documentais relativos às atividades pessoais, políticas e empresariais de José Relvas e de alguns familiares e permitiu a visão geral de um conjunto documental que se revelou mais complexo e rico do que o que inicialmente se pensava.

A Casa dos Patudos conserva um Centro de Documentação, que integra um arquivo produzido por quatro gerações de Relvas, sendo constituído por mais de 100.000 documentos; um arquivo fotográfico, com cerca de 5000 fotografias e coleções (postais, menus, recortes de jornais, programas cul-

turais e catálogos de exposições), além de uma biblioteca com cerca de 7.000 volumes e mais de 15.000 publicações periódicas.

O projecto "Trabalho do colecionador José Relvas", apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito das bolsas de apoio a Arquivos Históricos, permitiu a recolha sistemática, a classificação, digitalização e disponibilização para consulta on line de documentação relacionada com a atividade de colecionador. ●

➤ **INFO**
Telf. 243 558 321 | Fax 243 556 444
Email: museudospatudos@cm-alpiarca.pt
www.cm-alpiarca.pt/areas-de-atividade/cultura/casa-dos-patudos-museu-de-alpiarca